

## ÍNDICE

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> .....	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>4</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>5</b>
1) – CONTEXTO OPERACIONAL.....	5
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
3) – DISPONIBILIDADES .....	9
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	9
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS .....	10
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A” .....	10
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO .....	12
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA .....	13
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	14
10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO .....	16
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	17
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	19
14) – INVESTIMENTOS .....	20
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	26
16) – FORNECEDORES .....	28
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	28
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	29
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	31
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	31
21) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO .....	33
22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS .....	34
23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	39
24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	40
25) – RECEITA DE USO DA REDE.....	41
26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....	41
27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	42
28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	42
29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS .....	44
30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	45
31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	45
32) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA..	46
33) – EVENTOS SUBSEQUENTES .....	47
34) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	49
35) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA .....	51
<b>DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO</b> .....	<b>52</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES</b> .....	<b>66</b>
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL</b> .....	<b>76</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

### ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades (nota 3)	2.412.368	1.638.668	358.556	32.001
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.145.950	2.058.506	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	418.154	268.201	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	457.470	452.510	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	1.208.815	897.133	32.816	32.503
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	590.198	616.327	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	41.984	70.929	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	527.843	395.999	138.476	116.212
Dividendos a Receber	-	-	321.218	580.267
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	126.898	182.430	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	469.654	488.173	-	-
Estoques	36.806	34.479	17	17
Outros Créditos	327.738	285.171	12.336	5.871
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>8.763.878</b>	<b>7.388.526</b>	<b>863.419</b>	<b>766.871</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.722.770	1.745.346	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	761.720	755.345
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	865.224	1.054.607	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	149.907	163.718	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	564.666	635.603	148.890	180.302
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	37.830	30.375	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	634.849	642.744	310.276	300.775
Depósitos Vinculados a Litígios	272.432	276.603	84.740	87.065
Consumidores e Revendedores (nota 4)	115.058	119.923	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	62.119	62.532	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	164.195	234.904	-	-
Outros Créditos	31.432	39.872	7.188	5.803
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.620.482</b>	<b>5.006.227</b>	<b>1.312.814</b>	<b>1.329.290</b>
<b>Investimentos (nota 14)</b>	<b>1.062.633</b>	<b>1.034.771</b>	<b>8.145.864</b>	<b>7.646.289</b>
<b>Imobilizado (nota 15)</b>	<b>10.619.711</b>	<b>10.359.014</b>	<b>1.621</b>	<b>1.650</b>
<b>Intangível (nota 15)</b>	<b>284.634</b>	<b>497.937</b>	<b>352</b>	<b>499</b>
<b>Diferido</b>	<b>103.990</b>	<b>92.964</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.691.450</b>	<b>16.990.913</b>	<b>9.460.651</b>	<b>8.977.728</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>25.455.328</b>	<b>24.379.439</b>	<b>10.324.070</b>	<b>9.744.599</b>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores (nota 16)	824.576	828.612	1.871	4.166
Encargos Regulatórios (nota 19)	403.969	395.568	-	-
Participações nos Lucros	68.597	47.015	5.468	4.651
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	1.732.881	1.387.989	75.803	69.761
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	693.358	693.445	693.358	693.445
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.328.747	1.286.849	3.365	962
Debêntures (nota 18)	99.065	70.453	-	-
Salários e Contribuições Sociais	214.932	196.781	9.902	5.965
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	601.283	582.625	-	-
Passivo Regulatório–Revisão da Receita de Transmissão (nota 21)	26.777	30.919	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	97.329	106.626	3.908	4.383
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 31)	268.361	241.470	-	-
Outras Obrigações	367.260	250.097	44.947	23.158
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>6.727.135</b>	<b>6.118.449</b>	<b>838.622</b>	<b>806.491</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a Longo Prazo</b>				
Fornecedores (nota 16)	355.660	293.093	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	119.245	146.144	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	4.935.337	4.991.737	73.587	73.587
Debêntures (nota 18)	1.266.422	1.262.716	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	627.633	615.353	105.564	102.693
Provisões para Contingências (nota 21)	509.254	533.037	261.762	262.131
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	1.406.284	1.424.618	53.294	55.586
Outras Obrigações	114.890	102.175	30	29
<b>Total do Exigível a Longo Prazo</b>	<b>9.334.725</b>	<b>9.368.873</b>	<b>494.237</b>	<b>494.026</b>
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (nota 14)</b>	<b>87.371</b>	<b>88.504</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.422.096</b>	<b>9.457.377</b>	<b>494.237</b>	<b>494.026</b>
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>	<b>314.886</b>	<b>359.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)</b>				
Capital Social	2.432.307	2.432.307	2.432.307	2.432.307
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.030.801	1.030.801	1.030.801	1.030.801
Lucros Acumulados	1.468.758	921.629	1.468.758	921.629
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.991.211</b>	<b>8.444.082</b>	<b>8.991.211</b>	<b>8.444.082</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>25.455.328</b>	<b>24.379.439</b>	<b>10.324.070</b>	<b>9.744.599</b>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006 Reclassificado	30/09/2007	30/09/2006 Reclassificado
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 24)	9.785.218	7.913.802	-	-
Receita de Uso da Rede (nota 25)	1.533.863	1.458.659	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 26)	448.974	369.200	659	796
	<u>11.768.055</u>	<u>9.741.661</u>	<u>659</u>	<u>796</u>
<b>Deduções à Receita Operacional (nota 27)</b>	<u>(4.149.123)</u>	<u>(3.445.857)</u>	<u>(13)</u>	<u>(65)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u>7.618.932</u>	<u>6.295.804</u>	<u>646</u>	<u>731</u>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>				
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 28)	(1.949.745)	(1.605.816)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(600.573)	(620.678)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(101.154)	(119.166)	-	-
	<u>(2.651.472)</u>	<u>(2.345.660)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>				
Pessoal e Administradores (nota 28)	(694.081)	(843.011)	-	-
Entidade de Previdência Privada (nota 28)	(68.138)	(107.751)	-	-
Materiais	(63.016)	(60.022)	-	-
Serviços de Terceiros	(334.117)	(289.728)	-	-
Depreciação e Amortização	(533.428)	(475.979)	-	-
Provisões Operacionais (nota 28)	(55.402)	(27.753)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(101.731)	(93.777)	-	-
Outras	(157.125)	(139.176)	-	-
	<u>(2.007.038)</u>	<u>(2.037.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<u>(4.658.510)</u>	<u>(4.382.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>	2.960.422	1.912.947	646	731
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>				
Despesas com Vendas	(157.043)	(114.082)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(260.682)	(119.085)	(80.443)	(62.128)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(124.311)	(56.935)	16.728	-
	<u>(542.036)</u>	<u>(290.102)</u>	<u>(63.715)</u>	<u>(62.128)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<u>2.418.386</u>	<u>1.622.845</u>	<u>(63.069)</u>	<u>(61.397)</u>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	-	-	1.600.700	1.169.048
<b>Resultado Financeiro Líquido (nota 29)</b>	<u>(161.488)</u>	<u>(39.015)</u>	<u>10.181</u>	<u>21.516</u>
	<u>(161.488)</u>	<u>(39.015)</u>	<u>1.610.881</u>	<u>1.190.564</u>
<b>Lucro Operacional</b>	2.256.898	1.583.830	1.547.812	1.129.167
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<u>(33.252)</u>	<u>(13.005)</u>	<u>(5.763)</u>	<u>8.178</u>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<u>2.223.646</u>	<u>1.570.825</u>	<u>1.542.049</u>	<u>1.137.345</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(992.764)	(402.117)	(88.817)	(27.531)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	326.915	(54.004)	15.526	3.453
<b>Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias</b>	<u>1.557.797</u>	<u>1.114.704</u>	<u>1.468.758</u>	<u>1.113.267</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>	<u>(89.039)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>1.468.758</u>	<u>1.113.267</u>	<u>1.468.758</u>	<u>1.113.267</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$</b>			<u>3.020,56</u>	<u>6,87</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

### 1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de setembro de 2007 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária na seguinte empresa em 30 de setembro de 2007:
  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto, constituída durante o 1º trimestre de 2007 – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.
- ☐ Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- ☐ Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 54,17% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, que detém 855 MW de capacidade instalada;
- ☐ Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ☐ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

- ❑ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- ❑ Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- ❑ Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- ❑ Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- ❑ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- ❑ Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- ❑ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- ❑ Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- ❑ Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- ❑ UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- ❑ Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- ❑ Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

- ❑ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora (345 kV);
- ❑ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuai 230 kV;
- ❑ Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto - participação de 18,19%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;
- ❑ Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto - participação de 15,80%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto - participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de setembro de 2007:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

## **2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados e divulgados integralmente no encerramento do último exercício social.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nas notas explicativas nºs. 34 e 35, as demonstrações do fluxo de caixa e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

### **Critério de consolidação das Informações Trimestrais**

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Deve ser ressaltado que, a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar parcialmente as informações trimestrais da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo incluídos os resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das informações trimestrais das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

### **Alteração do Manual de Contabilidade**

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustível - CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional.

Através do Ofício Circular nº1.314/2007 de 27 de junho de 2007 a ANEEL revogou as orientações contidas nos Ofícios Circulares nºs 236/2007 e 296/2007, que determinavam a depreciação das obrigações especiais vinculadas a ativos que entraram em operação a partir de 1º de janeiro de 2007. Com base na nova orientação, todo o saldo das obrigações especiais vinculadas a ativos deverá ser depreciado somente a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da Cemig Distribuição, a partir de 8 de abril de 2008.



## Reclassificação de Saldos Contábeis

Em função, basicamente, das alterações já mencionadas no plano de contas da ANEEL, a Companhia reclassificou determinadas transações referentes a 2006 para permitir a comparabilidade das informações, como segue:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
<b>Receita Operacional</b>		<b>Receita Operacional</b>	
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	(94.281)	Receita de Uso da Rede	94.281
<b>Custos Operacionais – Custo de Operação</b>		<b>Deduções da Receita Bruta</b>	
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.260	Programa de Eficiência Energética - PEE	(17.260)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	244.292	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(244.292)
Conta Consumo de Combustível - CCC	363.327	Conta Consumo de Combustível - CCC	(363.327)
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	20.838	Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	(20.838)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	19.222	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(19.222)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	9.310	Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	(9.310)
	<b>674.249</b>		<b>(674.249)</b>

### Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como receita ou despesa financeira, respectivamente, estão apresentados nas informações trimestrais como redutores dos Investimentos ou Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

## 3) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2007</u>	<u>30/06/2007</u>	<u>30/09/2007</u>	<u>30/06/2007</u>
Contas Bancárias	395.250	296.019	5.839	692
Aplicações Financeiras	2.017.118	1.342.649	352.717	31.309
	<b>2.412.368</b>	<b>1.638.668</b>	<b>358.556</b>	<b>32.001</b>

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas têm sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI (“Certificado de Depósito Interfinanceiro”) com prazo de resgate inferior a 90 dias.

## 4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

<u>Ativo Circulante</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2007</u>	<u>30/06/2007</u>	<u>30/09/2007</u>	<u>30/06/2007</u>
Fornecimento Faturado	1.905.544	1.908.187	69.141	70.504
Fornecimento não Faturado	555.860	425.679	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	148.369	173.271	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(463.823)	(448.631)	(69.141)	(70.504)
	<b>2.145.950</b>	<b>2.058.506</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>Ativos</b>				
Recomposição Tarifária extraordinária e Parcela “A” – Nota nº 6	1.283.378	1.322.808	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	79.814	101.304	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	633.849	723.077	-	-
PIS/PASEP e COFINS – Nota nº 13	189.017	244.962	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	740.105	780.045	-	-
	<u>2.926.163</u>	<u>3.172.196</u>	-	-
<b>Passivos</b>				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 16	(403.145)	(395.724)	-	-
Fornecedores – CCEE – Energia Livre – Nota nº 16	(76.913)	(85.878)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(720.528)	(728.769)	-	-
Revisão da Receita de Transmissão – Nota nº 21	(26.777)	(30.919)	-	-
	<u>(1.227.363)</u>	<u>(1.241.290)</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(750.674)	(849.034)	(105.564)	(102.693)
	<u>(1.978.037)</u>	<u>(2.090.324)</u>	<u>(105.564)</u>	<u>(102.693)</u>
<b>Total</b>	<u><b>948.126</b></u>	<u><b>1.081.872</b></u>	<u><b>(105.564)</b></u>	<u><b>(102.693)</b></u>

## 6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

### a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a Cemig Distribuição S.A. e a Light são apenas repassadoras às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% para os créditos referentes às perdas com faturamento e 35,71% para energia livre.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$133.096 em 30 de setembro de 2007 (R\$147.635 em 30 de junho de 2007), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

#### Provisão para perdas

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R\$435.860 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE (R\$442.428 em 30 de setembro de 2007), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

#### **b) Parcela “A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

### c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2007</b>	<b>30/06/2007</b>
<b>CEMIG - Controladora</b>		
Perdas com o Racionamento	244.079	237.441
( - ) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(244.079)</u>	<u>(237.441)</u>
	-	-
<b>Cemig Distribuição S.A</b>		
Perdas com o Racionamento	177.445	223.610
( - ) Provisão para perdas na realização da RTE	(100.644)	(97.907)
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	389.777	406.179
Parcela A	<u>689.215</u>	<u>670.471</u>
	1.155.793	1.202.353
<b>RME - Light</b>		
Perdas com o Racionamento	91.759	80.924
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	44.304	66.200
( - ) Provisão para perdas na realização da RTE	(91.137)	(107.080)
Parcela A	<u>82.659</u>	<u>80.411</u>
	127.585	120.455
<b>Total da RTE e da Parcela "A"</b>	<b><u>1.283.378</u></b>	<b><u>1.322.808</u></b>
Ativo Circulante	418.154	268.201
Realizável a Longo Prazo	<u>865.224</u>	<u>1.054.607</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, nos montantes de R\$73.288 e R\$329.857 (R\$134.457 e R\$261.267 em 30 de junho de 2007), respectivamente.

### 7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2007</b>	<b>30/06/2007</b>
Valores a serem recebidos de distribuidoras	450.513	461.921
Provisão para perdas na realização	<u>(370.699)</u>	<u>(360.617)</u>
	<b>79.814</b>	<b>101.304</b>
Circulante	41.984	70.929
Realizável a Longo Prazo	<u>37.830</u>	<u>30.375</u>

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh.

Desta forma, desde março de 2003 as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam parte dos valores obtidos mensalmente através da RTE a Companhia, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão no âmbito da CCEE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

#### Provisão para perdas

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$370.699 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 30 de setembro de 2007 (R\$360.617 em 30 de junho de 2007), registrada como redutora do ativo respectivo.

No segundo trimestre, a Companhia revisou os cálculos da atualização financeira dos valores a receber dos distribuidores com base nos critérios informados pela ANEEL, implicando em um aumento no valor do ativo. Em consequência, ocorreu também um aumento equivalente no valor da provisão para perdas. Esses ajustes não geraram efeito no resultado do exercício.

### **8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA**

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2007</b>	<b>30/06/2007</b>
Cemig Distribuição	28.789	55.007
RME - Light	(9.212)	(3.731)
	<b>19.577</b>	<b>51.276</b>
Ativo Circulante	590.198	616.327
Realizável a Longo Prazo	149.907	163.718
Passivo Circulante	(601.283)	(582.625)
Passivo Não Circulante	(119.245)	(146.144)
Valores Líquidos	<b>19.577</b>	<b>51.276</b>

## 9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	36.939	34.040	3.508	3.508
Imposto de Renda	761.992	534.082	-	-
Contribuição Social	263.758	187.407	-	-
PASEP	23.633	22.846	4.550	4.493
COFINS	114.587	110.023	21.086	20.828
Outros	7.906	8.735	3.672	3.674
	<u>1.208.815</u>	<u>897.133</u>	<u>32.816</u>	<u>32.503</u>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	301.187	320.582	-	-
Imposto de Renda	271.775	271.238	269.457	271.238
Contribuição Social	40.819	29.537	40.819	29.537
PASEP/COFINS	21.068	21.387	-	-
	<u>634.849</u>	<u>642.744</u>	<u>310.276</u>	<u>300.775</u>
	<u><b>1.843.664</b></u>	<u><b>1.539.877</b></u>	<u><b>343.092</b></u>	<u><b>333.278</b></u>

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado).

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a antecipações que serão compensadas com as obrigações registradas na rubrica de "Impostos, Taxas e Contribuições" quando do preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos em 2008.

## 10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	342.176	342.857	90.824	94.741
Provisão para Contingências	160.441	169.845	79.296	84.060
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	243.244	236.628	82.987	80.730
Obrigações Pós-Emprego	66.449	96.513	1.661	4.658
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	192.575	170.628	23.508	23.971
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	46.674	52.626	8.088	7.879
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(160.504)	(160.504)	-	-
Instrumentos Financeiros	113.571	63.681	-	-
Variação Cambial	57.024	36.878	-	-
Outros	30.859	22.450	1.002	475
	<b>1.092.509</b>	<b>1.031.602</b>	<b>287.366</b>	<b>296.514</b>
Ativo Circulante	527.843	395.999	138.476	116.212
Realizável a Longo Prazo	564.666	635.603	148.890	180.302

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2007, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 14 de fevereiro de 2007.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2007, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2007	196.141	26.087
2008	452.663	149.851
2009	121.964	36.545
2010	128.295	33.018
2011	108.473	26.783
2012 a 2014	147.915	14.751
2015 a 2016	84.899	331
( - ) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(147.841)	-
	<b>1.092.509</b>	<b>287.366</b>

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 30 de setembro de 2007, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$424.408 (R\$424.829 em 30 de junho de 2007). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida nas informações trimestrais referente a essa questão corresponde a R\$418.345.

Do exercício social de 2002 até 2006, a Light não reconheceu contabilmente novos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais em atendimento à instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, lucros tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condições dessa regra CVM, a Light passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e também contabilizou os créditos fiscais acumulados desde 2003, no montante de R\$81.924 (valor correspondente a 25,00% do total, conforme consolidação proporcional efetuada pela Companhia).

### **b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:**

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2007</u>	<u>30/09/2006</u>	<u>30/09/2007</u>	<u>30/09/2006</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.223.646	1.570.825	1.542.049	1.137.345
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(756.039)	(534.081)	(524.297)	(386.697)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	-	57.483	-	57.483
Reversão da Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	33.723	-	33.723
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	457.604	397.476
Juros sobre o capital próprio de controladas	-	-	-	(97.163)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.471)	(4.140)	(201)	(128)
Constituição de Créditos Fiscais Anteriormente não Reconhecidos	184	(31.003)	(473)	(29.998)
Incentivos Fiscais	-	5.905	36	40
Reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido	81.924	-	-	-
Outros	13.553	15.992	(5.960)	1.186
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b><u>(665.849)</u></b>	<b><u>(456.121)</u></b>	<b><u>(73.291)</u></b>	<b><u>(24.078)</u></b>

### **11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.



O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. Conforme estabelecido na resolução, a diferença percentual de 12,88% seria compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos no período de 2004 a 2007, cumulativamente.

A última parcela que deveria ter sido incluída no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007 foi postergada para o ano de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2007</b>	<b>30/06/2007</b>
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	417.605	398.218
Atualização Monetária – IGP-M	168.648	150.951
(-) Valores Arrecadados	(902.016)	(775.704)
	<b>633.849</b>	<b>723.077</b>
Ativo Circulante	469.654	488.173
Realizável a Longo Prazo	164.195	234.904

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de setembro de 2007 é de R\$274.140.

## **12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

### **a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC**

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Entretanto, como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, o saldo devedor será reduzido em R\$102.131, chegando-se ao valor de R\$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, que atualizado para 30 de setembro de 2007 corresponde a R\$3.467.215.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004 e com o resultado da conciliação os valores das parcelas serão reduzidas na mesma proporção, conforme parágrafo anterior.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser, a partir de 01 de janeiro de 2008, de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprios extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de setembro 2007, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2007 e 30 de junho de 2008.

#### **b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")**

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2007 é como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.726.293	744.502
Atualização monetária das quotas seniores	93.999	-
Atualização monetária das quotas subordinadas	24.485	24.485
Amortização das quotas seniores	(114.740)	-
Amortização das quotas subordinadas	(7.267)	(7.267)
Saldo em 30 de setembro de 2007	<u>1.722.770</u>	<u>761.720</u>
<b>Composição do FIDC em 30 de setembro de 2007</b>		
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	961.050	-
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	761.026	761.026
Dividendos retidos pelo Fundo	694	694
	<u>761.720</u>	<u>761.720</u>
<b>TOTAL</b>	<u><u>1.722.770</u></u>	<u><u>761.720</u></u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2006, de acordo com a aprovação da Assembleia de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$153.947 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$64.074 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$89.873 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

### c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

### 13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	30/09/2007	30/06/2007
Cemig Geração e Transmissão	1.239	1.652
Cemig Distribuição	185.447	236.378
RME – Light	2.331	6.932
	<b>189.017</b>	<b>244.962</b>
Ativo Circulante	126.898	182.430
Realizável a Longo Prazo	62.119	62.532

#### 14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.435.941	3.238.663
Cemig Distribuição	-	-	2.944.245	2.710.448
Infovias	-	-	310.325	305.153
Rosal Energia	-	-	102.294	96.481
Sá Carvalho	-	-	109.208	104.463
GASMIG	-	-	190.052	168.381
Horizontes Energia	-	-	71.087	69.366
Usina Térmica Ipatinga	-	-	70.920	68.903
Cemig PCH	-	-	62.175	58.632
Cemig Capim Branco Energia	-	-	70.063	62.555
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	13.906	13.625
UTE Barreiro	-	-	14.879	13.122
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.611	7.758
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	18	24
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.534	5.691
Transchile	-	-	11.675	11.675
Efficientia	-	-	4.245	3.640
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	248	166
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.703	6.703
Rio Minas Energia Participações	-	-	332.550	315.210
Cemig Trading	-	-	167	141
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	13.957	14.421
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	27.932	25.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.842	5.398
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	48.181	50.050
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.487	4.166
	-	-	7.864.245	7.360.603
Em Consórcios	1.040.585	1.021.081	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	6.433	6.713
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	40.061	41.442
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	26.578	26.859
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	39.376	39.767
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	9.017	9.107
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	149.315	150.892
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.232	7.310
Em Outros Investimentos	22.048	13.690	3.607	3.596
	<b>1.062.633</b>	<b>1.034.771</b>	<b>281.619</b>	<b>285.686</b>
	<b>1.062.633</b>	<b>1.034.771</b>	<b>8.145.864</b>	<b>7.646.289</b>

**a) As principais informações sobre as investidas são como segue:**

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2007			Janeiro a setembro de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.435.941	140.900	625.928
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.944.245	112.207	706.470
Infovias	331.066.000	100,00	381.023	310.325	-	10.242
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	102.294	-	12.950
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	109.208	-	16.332
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	344.343	-	62.545
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	71.087	-	5.149
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	70.920	-	5.432
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	62.175	-	11.222
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	70.063	-	21.538
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	55.630	-	5.628
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	14.879	-	5.446
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	31.712	-	1.712
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	18	-	6
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.591	-	251
Transchile	22.000	49,00	24.085	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.245	-	1.037
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	248	-	248
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	1.330.199	-	482.175
Cemig Trading	10.000	100,00	160	168	-	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,19	63.475	76.727	-	15.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	152.213	-	30.707
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	31.838	-	7.440
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,80	250.009	304.960	-	68.794
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.832	-	13.922

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2007			Janeiro a setembro de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.238.663	159.515	487.590
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.710.448	126.265	552.606
Infovias	331.066.000	100,00	381.023	305.153	-	3.453
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	96.481	13.303	15.359
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	104.463	20.831	16.585
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	305.079	-	51.105
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	69.366	5.165	8.974
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.903	6.900	5.124
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	58.632	-	8.597
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	62.555	-	13.578
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	54.501	144	8.773
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	13.122	-	81
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	32.327	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	24	5.502	204
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	23.229	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.640	-	217
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	166	2.794	1.599
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	1.260.836	-	59.196
Cemig Trading	10.000	100,00	160	141	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	17,98	63.475	80.222	3.545	14.824
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	140.423	11.569	22.838
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	29.417	1.795	6.882
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,51	250.009	322.694	16.347	62.157
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	55.547	5.246	20.871

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	<u>30/06/2007</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Aportes</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>Outros</u>	<u>30/09/2007</u>
Cemig Geração e Transmissão	3.238.663	243.783	-	(46.506)	1	3.435.941
Cemig Distribuição	2.710.448	270.832	-	(37.035)	-	2.944.245
Infovias	305.153	5.172	-	-	-	310.325
Rosal Energia	96.481	5.814	-	-	(1)	102.294
Sá Carvalho	104.463	4.745	-	-	-	109.208
GASMIG	168.381	11.959	9.713	-	(1)	190.052
Horizontes Energia	69.366	1.722	-	-	(1)	71.087
Usina Térmica Ipatinga	68.903	2.017	-	-	-	70.920
Cemig PCH	58.632	3.542	-	-	1	62.175
Cemig Capim Branco Energia	62.555	6.824	685	-	(1)	70.063
Companhia Transleste de Transmissão	13.625	281	-	-	-	13.906
UTE Barreiro	13.122	1.756	-	-	1	14.879
Companhia Transudeste de Transmissão	7.758	(146)	-	-	(1)	7.611
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	24	(6)	-	-	-	18
Companhia Transirapé de Transmissão	5.691	(155)	-	-	(2)	5.534
Transchile	11.675	-	-	-	-	11.675
Efficientia	3.640	605	-	-	-	4.245
Central Termelétrica de Cogeração	166	82	-	-	-	248
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.703	-	-	-	-	6.703
Rio Minas Energia Participações	315.210	17.340	-	-	-	332.550
Cemig Trading	141	26	-	-	-	167
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	14.421	924	141	(1.816)	287	13.957
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	25.768	1.729	-	-	435	27.932
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	5.398	443	-	-	1	5.842
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	50.050	3.457	658	(7.040)	1.056	48.181
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	4.166	320	-	-	1	4.487
	<b><u>7.360.603</u></b>	<b><u>583.066</u></b>	<b><u>11.197</u></b>	<b><u>(92.397)</u></b>	<b><u>1.776</u></b>	<b><u>7.864.245</u></b>

## **b) Participação na Light**

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor do deságio (R\$86.601) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,50% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) na Light S.A. reduziu de 79,39% para 54,20% e por consequência a participação da CEMIG de 19,89% para 13,55%.

## **c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia**

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas informações trimestrais consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

## **d) Investimentos na Infovias**

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

## **e) Consórcios**

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:



	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/09/2007	Consolidado 30/06/2007
<b>Controladora</b>				
<b>Em Serviço</b>				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,53	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,91	512.946	512.946
Usina Capim Branco I	21,05	2,51	48.520	21.084
Depreciação acumulada			(78.241)	(71.262)
<b>Total em operação</b>			<b>942.859</b>	<b>922.402</b>
<b>Em Curso</b>				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		9.493	9.406
Usina de Aimorés	49,00		21.301	17.452
Usina de Baguari	34,00		53.807	31.944
Usinas Capim Branco I e II	21,05		-	26.752
<b>Total em construção</b>			<b>97.726</b>	<b>98.679</b>
<b>Total Consórcios</b>			<b>1.040.585</b>	<b>1.021.081</b>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

## 15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30/09/2007			30/06/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>20.882.070</b>	<b>(8.690.164)</b>	<b>12.191.906</b>	<b>11.423.792</b>
- Distribuição	10.761.288	(4.597.638)	6.163.650	5.379.052
Intangíveis	68.120	(47.114)	21.006	20.404
Terrenos	32.210	-	32.210	31.109
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	302.915	(146.535)	156.380	142.324
Máquinas e Equipamentos	10.270.558	(4.360.219)	5.910.339	5.167.924
Veículos	65.900	(27.514)	38.386	11.701
Móveis e Utensílios	21.585	(16.256)	5.329	5.590
- Geração	7.267.578	(2.909.429)	4.358.149	4.407.072
Intangíveis	86.774	(42.886)	43.888	45.450
Terrenos	217.975	-	217.975	218.036
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.868.132	(1.347.793)	2.520.339	2.544.525
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	921.267	(341.388)	579.879	585.953
Máquinas e Equipamentos	2.166.922	(1.171.732)	995.190	1.012.213
Veículos	3.192	(2.743)	449	445
Móveis e Utensílios	3.316	(2.887)	429	450
- Transmissão	1.808.702	(642.336)	1.166.366	1.110.087
Intangíveis	241.098	(2.170)	238.928	241.465
Terrenos	2.226	-	2.226	2.196
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	103.561	(52.648)	50.913	48.519
Máquinas e Equipamentos	1.460.807	(586.878)	873.929	817.643
Veículos	294	(134)	160	79
Móveis e Utensílios	716	(506)	210	185
- Administração	546.231	(344.743)	201.488	221.064
Intangíveis	143.629	(86.075)	57.554	56.652
Terrenos	3.662	-	3.662	3.662
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	76.975	(39.326)	37.649	37.148
Máquinas e Equipamentos	232.429	(153.468)	78.961	68.872
Veículos	44.268	(30.569)	13.699	44.366
Móveis e Utensílios	45.268	(35.305)	9.963	10.364

	Consolidado			
		30/09/2007		30/06/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Telecomunicações	415.381	(173.877)	241.504	244.319
Intangíveis	39.253	(19.818)	19.435	20.647
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(6)	49	49
Máquinas e Equipamentos	375.243	(153.632)	221.611	223.196
Móveis e Utensílios	760	(421)	339	357
- Gás	82.890	(22.141)	60.749	62.198
Intangíveis	721	-	721	580
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.156	(450)	1.706	1.743
Máquinas e Equipamentos	79.614	(21.559)	58.055	59.601
Móveis e Utensílios	357	(132)	225	232
<b>Em Curso</b>	<b>1.113.829</b>	<b>-</b>	<b>1.113.829</b>	<b>1.824.934</b>
- Distribuição	690.924	-	690.924	1.368.853
Intangíveis	31.452	-	31.452	27.454
Imobilizado	659.472	-	659.472	1.341.399
- Geração	150.337	-	150.337	149.730
Intangíveis	1.445	-	1.445	2.798
Imobilizado	148.892	-	148.892	146.932
- Transmissão	113.298	-	113.298	158.929
Intangíveis	1.497	-	1.497	691
Imobilizado	111.801	-	111.801	158.238
- Administração	125.058	-	125.058	120.167
Intangíveis	100.226	-	100.226	81.796
Imobilizado	24.832	-	24.832	38.371
- Telecomunicações	5.160	-	5.160	4.745
- Gás	29.052	-	29.052	22.510
<b>Total do Imobilizado e Intangível</b>	<b>21.995.899</b>	<b>(8.690.164)</b>	<b>13.305.735</b>	<b>13.248.726</b>
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(2.401.390)	(2.391.775)
<b>Imobilizado e Intangível Líquido</b>			<b>10.904.345</b>	<b>10.856.951</b>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$264.286, em 30 de setembro de 2007 (R\$789.615 em 30 de junho de 2007), referente ao Programa “Luz para Todos”.

## 16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>Circulante</b>				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	239.673	251.374	-	-
Furnas	65.369	63.297	-	-
CCEE	51.110	54.052	-	-
Repasse aos Geradores	73.288	134.457	-	-
Outros	188.645	151.703	-	-
	618.085	654.883	-	-
Materiais e Serviços	206.491	173.729	1.871	4.166
	<b>824.576</b>	<b>828.612</b>	<b>1.871</b>	<b>4.166</b>
<b>Não Circulante</b>				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	329.857	261.267	-	-
CCEE	25.803	31.826	-	-
	<b>355.660</b>	<b>293.093</b>	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

## 17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	747.185	482.208	33.501	23.389
Contribuição Social	256.147	165.358	12.801	8.920
ICMS	299.515	285.483	19.644	19.649
COFINS	81.521	77.272	6.345	12.868
PASEP	18.619	16.922	1.378	2.794
INSS	16.966	16.675	1.296	1.311
Outros	11.997	15.064	838	830
	<b>1.431.950</b>	<b>1.058.982</b>	<b>75.803</b>	<b>69.761</b>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	180.801	198.381	-	-
Contribuição Social	64.958	71.299	-	-
COFINS	45.331	48.736	-	-
PASEP	9.841	10.591	-	-
	<b>300.931</b>	<b>329.007</b>	-	-
	<b>1.732.881</b>	<b>1.387.989</b>	<b>75.803</b>	<b>69.761</b>
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	404.512	385.106	61.020	59.360
Contribuição Social	126.198	119.429	21.967	21.370
COFINS	72.646	84.656	18.550	18.045
PASEP	14.438	16.492	4.027	3.918
Outros	9.839	9.670	-	-
	<b>627.633</b>	<b>615.353</b>	<b>105.564</b>	<b>102.693</b>

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente. As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo.

## 18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2007			30/06/2007
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	1.486	91.945	93.431	96.390
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	14.344	19.998	34.342	35.403
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.451	93.124	108.575	110.328
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	1.872	62.142	64.014	61.978
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.006	10.228	13.234	14.861
Banco Paribas	2010	Libor + 1,87	US\$	12.668	42.710	55.378	56.842
KFW	2016	4,50	EURO	1.915	14.709	16.624	16.337
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	125.586	8.571	134.157	138.234
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	78	3.749	3.827	3.954
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	270	15.783	16.053	16.601
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	11.991	-	11.991	12.077
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.692	34.130	39.822	40.498
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	3.171	73.556	76.727	78.460
Outros	2025	Diversas	Diversas	16.112	10.018	26.130	23.267
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>213.642</b>	<b>480.663</b>	<b>694.305</b>	<b>705.230</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	133	75.000	75.133	75.177
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	14.102	118.822	132.924	128.932
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	8.991	109.277	118.268	116.677
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	6.417	126.000	132.417	128.561
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	62.103	1.200.000	1.262.103	1.226.528
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	169.488	-	169.488	161.116
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	5.307	40.000	45.307	43.860
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	20.218	300.865	321.083	322.577
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	7.960	60.000	67.960	65.787
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	1.748	54.372	56.120	57.345
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.164	101.316	103.480	107.033
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	42.372	-	42.372	40.279
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	63.571	-	63.571	100.268
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R\$	27.626	377.253	404.879	394.458
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	42.996	349.556	392.552	380.868
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	27.628	238.816	266.444	258.941
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2031	IGP-M	R\$	-	141.072	141.072	138.530
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	8.985	268.756	277.741	264.152
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	19.114	63.532	82.646	86.518
ELETROBRÁS	2023	6,00 a 8,00	R\$	36.584	235.729	272.313	264.442
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.770	79.673	81.443	80.877
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	6.518	104.095	110.613	106.820
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	24.378	309.285	333.663	334.370
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	3.366	73.587	76.953	74.549
Caixa Econômica Federal	2007	101,60 do CDI	R\$	411.319	-	411.319	400.000
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	109.867	851.183	961.050	990.001
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,20	R\$	688	10.474	11.162	10.902
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.210	27.597	31.807	34.425
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,75	R\$	15.247	240.625	255.872	256.253
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	17.779	-	17.779	43.809
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.549	126.366	144.915	148.328
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	32.972	37.845	70.817	64.142
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.214.170</b>	<b>5.721.096</b>	<b>6.935.266</b>	<b>6.906.525</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.427.812</b>	<b>6.201.759</b>	<b>7.629.571</b>	<b>7.611.755</b>

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;  
*libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
<b>Moedas</b>										
Dólar Norte-Americano	171.902	60.003	78.990	119.614	34.987	31.834	28.654	2.876	66.403	595.263
Euro	1.134	4.652	4.652	4.652	4.652	3.192	1.731	1.731	3.462	29.858
Yen	1.872	-	62.142	-	-	-	-	-	-	64.014
UMBNDDES ( ** )	700	664	665	434	319	319	319	319	1.431	5.170
	<b>175.608</b>	<b>65.319</b>	<b>146.449</b>	<b>124.700</b>	<b>39.958</b>	<b>35.345</b>	<b>30.704</b>	<b>4.926</b>	<b>71.296</b>	<b>694.305</b>
<b>Indexadores</b>										
Índice Geral de Preços–Mercado–IGP-M	16.536	206.850	1.353	1.353	1.353	1.353	1.353	270.090	149.671	649.912
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	5.193	18.205	12.051	12.051	12.051	12.051	11.044	-	-	82.646
SELIC ( * )	55.697	25.654	-	-	-	-	-	-	-	81.351
Certificado Depósito Interbancário – CDI	694.355	223.605	692.274	601.879	713.547	902.043	1.042.578	580.649	178.922	5.629.852
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	9.616	38.635	35.765	30.050	29.838	26.366	21.710	21.655	62.046	275.681
UMBNDDES ( ** )	640	2.731	2.577	2.577	2.577	2.577	2.577	2.577	859	19.692
URTJ ( *** )	14.896	27.876	23.037	22.881	20.904	20.904	20.904	20.837	19.016	191.255
Outros (IGPDI, INPC e TR) ( **** )	2.449	319	202	202	202	300	299	664	240	4.877
	<b>799.382</b>	<b>543.875</b>	<b>767.259</b>	<b>670.993</b>	<b>780.472</b>	<b>965.594</b>	<b>1.100.465</b>	<b>896.472</b>	<b>410.754</b>	<b>6.935.266</b>
	<b>974.990</b>	<b>609.194</b>	<b>913.708</b>	<b>795.693</b>	<b>820.430</b>	<b>1.000.939</b>	<b>1.131.169</b>	<b>901.398</b>	<b>482.050</b>	<b>7.629.571</b>

- ( \* ) SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.  
 ( \*\* ) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.  
 ( \*\*\* ) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros  
 ( \*\*\*\* ) IGPDI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna  
 INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
 TR – Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 30/09/2007 %	Varição acumulada em 2007 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 30/09/2007 %	Varição acumulada em 2007 %
Dólar Norte-Americano	(4,53)	(13,99)	IGP-M	2,57	4,07
Euro	0,63	(6,97)	FINEL	0,51	0,80
Yen	2,29	(10,77)	CDI	2,78	8,95
			SELIC	2,80	9,01
			UMBNDDES	(4,10)	(13,76)

### Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 30 de setembro de 2007.

## 19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2007	30/06/2007
Reserva Global de Reversão – RGR	20.190	13.066
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	45.852	45.203
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.188	37.512
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.127	3.139
Eficiência Energética	141.635	139.993
Pesquisa e Desenvolvimento	107.467	100.794
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.920	18.550
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	36.734	37.229
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.249	1.248
	<b>413.569</b>	<b>397.941</b>
Passivo Circulante	403.969	395.568
Passivo Não Circulante – Outras Obrigações	9.600	2.373

## 20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

### **Amortização das Obrigações Atuariais**

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.064.961 em 30 de setembro de 2007 (R\$1.084.105 em 30 de junho de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido em 2006, R\$207.000 foram utilizados em abril de 2007 para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida. Esta amortização, contudo, produz apenas efeitos financeiros (caixa), não gerando reflexos no resultado da Companhia.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

### **b) Fundo de Pensão BRASLIGHT**

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96,00% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros de 6,00% ao ano.



O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</b>		<b>Plano de Saúde</b>	<b>Plano Odontológico</b>	<b>Seguro de Vida</b>
	<b>FORLUZ</b>	<b>BRASLIGHT</b>			
Passivo Líquido em 30 de junho de 2007	595.889	242.080	295.037	10.237	388.001
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(317)	7.521	14.379	1.627	9.736
Contribuições Pagas	(45.499)	(4.728)	(6.273)	(510)	(3.567)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2007</b>	<b>550.073</b>	<b>244.873</b>	<b>303.143</b>	<b>11.354</b>	<b>394.170</b>
Passivo Circulante	97.329	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	452.744	244.873	303.143	11.354	394.170

	<b>Controladora</b>			
	<b>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Plano Odontológico</b>	<b>Seguro de Vida</b>
	<b>FORLUZ</b>			
Passivo Líquido em 30 de junho de 2007	27.894	14.513	491	17.071
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(16)	709	80	514
Contribuições Pagas	(2.239)	(311)	(25)	(1.479)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2007</b>	<b>25.639</b>	<b>14.911</b>	<b>546</b>	<b>16.106</b>
Passivo Circulante	3.908	-	-	-
Passivo Não Circulante	21.731	14.911	546	16.106

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG no curto prazo para amortização das obrigações atuariais.

## 21) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO

Em função da publicação da Resolução Homologatória nº496 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica nº046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1º de julho de 2005. Desta forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R\$30.919, que será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009. O saldo em 30 de setembro de 2007 de R\$26.777.

## 22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

### Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

#### PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), sendo ressaltado que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício representará R\$155.765, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

### Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 30/09/2007
	Saldo em 30/06/2007 (*)	Adições (Reversões)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
<b>Trabalhistas</b>						
Diversos	109.922	(276)	-	109.646	(16.069)	93.577
<b>Cíveis</b>						
Danos Pessoais	11.591	(7.007)	-	4.584	-	4.584
Majoração Tarifária	125.447	19.838	(27.037)	118.248	(11.686)	106.562
Outras	103.173	1.730	(1.726)	103.177	(8.936)	94.241
<b>Fiscais</b>						
FINSOCIAL	20.731	85	-	20.816	(1.615)	19.201
PIS/COFINS	78.899	(25.595)	-	53.304	-	53.304
ICMS	17.752	-	-	17.752	-	17.752
Impostos e Contribuições –						
Exigibilidade Suspensa	43.390	1.653	-	45.043	-	45.043
Contribuição Social	6.412	59	-	6.471	-	6.471
INSS	34.183	660	-	34.843	(2.429)	32.414
Outras	8.367	(1.330)	-	7.037	(3.744)	3.293
<b>Regulatórios</b>						
Processos Administrativos da ANEEL	35.148	3.736	-	38.884	(6.072)	32.812
<b>Total</b>	<b>595.015</b>	<b>(6.447)</b>	<b>(28.763)</b>	<b>559.805</b>	<b>(50.551)</b>	<b>509.254</b>

(\*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

**Controladora**

	<b>Saldo em 30/06/2007 (* )</b>	<b>Adições (Reversões)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido em 30/09/2007</b>
<b>Trabalhistas</b>						
Diversos	69.424	(3.676)	-	65.748	(11.063)	54.685
<b>Cíveis</b>						
Danos Pessoais	11.591	(7.007)	-	4.584	-	4.584
Majoração Tarifária	102.163	18.983	(27.037)	94.109	(11.686)	82.423
Outras	49.615	2.301	-	51.916	(3.140)	48.776
<b>Fiscais</b>						
FINSOCIAL	20.731	85	-	20.816	(1.615)	19.201
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	43.390	1.653	-	45.043	-	45.043
INSS	927	18	-	945	-	945
Outras	8.367	(1.330)	-	7.037	(3.744)	3.293
<b>Regulatórios</b>						
Processos Administrativos da ANEEL	5.148	3.736	-	8.884	(6.072)	2.812
<b>Total</b>	<b>311.356</b>	<b>14.763</b>	<b>(27.037)</b>	<b>299.082</b>	<b>(37.320)</b>	<b>261.762</b>

(\* ) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$94.109, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

No exercício de 2007, a companhia baseada na opinião de seus assessores legais, efetuou a reversão de R\$100.568, pela decadência de exigibilidade desses tributos, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do fisco federal dentro do período de 5 anos fixados no Código Tributário Nacional - CTN. Do montante, R\$58.714 refere-se a expansão de base de cálculo e R\$41.854 refere-se ao aumento da alíquota de 2% para 3%.

Os valores provisionados até 30 de setembro de 2007 na Companhia são como segue:

- R\$44.366 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R\$7.754 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere a porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$17.752.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$45.043 (R\$43.390 em 30 de junho de 2007) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$34.843 (R\$34.183 em 30 de junho de 2007).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$30.000.

(h) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$5.250.

(i) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2006 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(j) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$303.572, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de setembro de 2007, de R\$268.133. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de setembro de 2007 é R\$102.976. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$647.614, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$82.073. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda como possível.

(iv) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R\$5.677. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como remota.

(v) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$95.092. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vi) ICMS - Baixa Renda

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$100.855, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$508.464. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

## 23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 30 de junho de 2007	8.444.082
Lucro Líquido do Trimestre	547.129
Saldo em 30 de setembro de 2007	<u>8.991.211</u>

### Aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007 um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo dessas Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Dessa forma, foi aprovado o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$1.621.538 para R\$2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de cinquenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 0,01.

#### Grupamento de Ações

Também foi aprovado na Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações de valor nominal de R\$0,01 cada para 1 ação de valor nominal de R\$ 5,00. A efetivação do Grupamento ocorreu em 4 de junho de 2007.

## 24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>					
	<b>(Não revisado pelos auditores independentes)</b>					
	<b>Nº de Consumidores</b>		<b>MWh ( * )</b>		<b>R\$</b>	
	<b>30/09/2007( * )</b>	<b>30/09/2006</b>	<b>30/09/2007</b>	<b>30/09/2006</b>	<b>30/09/2007</b>	<b>30/09/2006</b>
Residencial	8.712.765	8.565.289	6.498.148	5.263.296	3.281.194	2.649.701
Industrial	85.600	83.772	18.165.879	18.037.830	2.473.765	2.076.205
Comércio, Serviços e Outros	827.195	818.425	4.112.500	3.097.471	1.851.775	1.335.107
Rural	562.925	480.887	1.568.252	1.463.636	430.089	393.282
Poder Público	60.599	57.996	715.241	492.980	285.611	199.915
Iluminação Pública	2.668	2.586	911.782	818.800	239.118	207.446
Serviço Público	9.012	8.800	985.928	803.038	271.763	206.067
<b>Sub-Total</b>	<b>10.260.764</b>	<b>10.017.755</b>	<b>32.957.730</b>	<b>29.977.051</b>	<b>8.833.315</b>	<b>7.067.723</b>
Consumo Próprio	1.160	1.108	39.826	24.664	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	72.204	96.795
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(2.705)	57.305
	<b>10.261.924</b>	<b>10.018.863</b>	<b>32.997.556</b>	<b>30.001.715</b>	<b>8.902.814</b>	<b>7.221.823</b>
Suprimento a Outras Concessionárias ( ** )	47	44	9.942.896	8.308.198	796.595	573.185
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	85.809	118.794
<b>Total</b>	<b>10.261.971</b>	<b>10.018.907</b>	<b>42.940.452</b>	<b>38.309.913</b>	<b>9.785.218</b>	<b>7.913.802</b>

( \* ) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

( \*\* ) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

#### Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 5,16% a partir de 8 de abril de 2007. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 6,50% em suas contas de energia comparado a um aumento de 2,89% para os consumidores de alta tensão.



Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

#### Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, os valores registrados em 2007 foram apurados de forma estimada e ainda estão pendentes de recebimento.

### **25) – RECEITA DE USO DA REDE**

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<b>Consolidado</b>	
	<u>30/09/2007</u>	<u>30/09/2006</u>
TUSD	1.068.149	1.001.293
Receita de uso da Rede Básica	305.501	369.910
Receita de Sistema de Conexão	160.213	87.456
	<u><b>1.533.863</b></u>	<u><b>1.458.659</b></u>

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, Transudeste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

### **26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<u>30/09/2007</u>	<u>30/09/2006</u>	<u>30/09/2007</u>	<u>30/09/2006</u>
Fornecimento de Gás	209.307	220.472	-	-
Serviço Taxado	10.872	7.982	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	111.960	93.142	-	-
Prestações de Serviços	54.084	21.350	343	155
Aluguel e Arrendamento	39.721	21.717	316	641
Outras	23.030	4.537	-	-
	<u><b>448.974</b></u>	<u><b>369.200</b></u>	<u><b>659</b></u>	<u><b>796</b></u>

## 27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
ICMS	2.238.017	1.788.620	-	-
COFINS	884.641	779.079	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	120.406	17.168	-	-
PIS-PASEP	188.906	176.826	-	58
Encargo de Capacidade Emergencial	-	5.776	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	24.095	17.260	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	292.101	244.292	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	331.744	363.327	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	21.559	20.838	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	19.980	19.222	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	19.757	9.310	-	-
Outras	7.917	4.139	13	7
	<b>4.149.123</b>	<b>3.445.857</b>	<b>13</b>	<b>65</b>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

## 28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
Pessoal, Administradores e Conselheiros	796.323	908.275	19.969	41.594
Obrigações Pós-Emprego	93.210	115.896	3.858	5.539
Materiais	66.585	58.861	213	378
Serviços de Terceiros	439.292	343.263	8.189	13.991
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.949.745	1.605.816	-	-
Depreciação e Amortização	585.294	479.389	525	519
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	101.731	93.777	-	-
Provisões Operacionais	210.438	116.889	43.486	3.778
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	600.573	620.678	-	-
Gás Comprado para Revenda	101.154	119.166	-	-
Outras Despesas Líquidas	256.201	210.949	4.203	(3.671)
	<b>5.200.546</b>	<b>4.672.959</b>	<b>80.443</b>	<b>62.128</b>

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
Remunerações e Encargos	787.404	711.049	16.371	27.968
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	47.925	41.757	1.836	2.495
Benefícios Assistenciais	80.753	83.812	1.762	2.638
	916.082	836.618	19.969	33.101
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(119.759)	(105.768)	-	-
	796.323	730.850	19.969	33.101
Indenização do Anuênio	-	177.425	-	8.493
	<b>796.323</b>	<b>908.275</b>	<b>19.969</b>	<b>41.594</b>

b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
Energia de Itaipu Binacional			887.725	738.073
Energia de curto prazo			34.580	39.914
PROINFA			53.279	27.527
Contratos Iniciais			11.573	43.518
Contratos Bilaterais			184.891	106.447
Energia de Leilão – Ambiente Regulado			753.504	607.928
Outros			24.193	42.409
			<b>1.949.745</b>	<b>1.605.816</b>

c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
Prêmio de Aposentadoria	(691)	-	2.134	-
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	115.424	87.054	(2.179)	(10.767)
Provisão para Contingências Trabalhistas	36.032	9.828	33.816	2.742
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	32.812	157	2.812	157
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(9.477)	5.089	(9.477)	5.089
Provisão para Cíveis – Majoração Tarifária	18.299	-	16.892	-
Lucro Inflacionário	4.513	-	4.513	-
Outras	13.526	14.761	(5.025)	6.557
	<b>210.438</b>	<b>116.889</b>	<b>43.486</b>	<b>3.778</b>

d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
Arrendamentos e Aluguéis	26.745	23.741	348	200
Propaganda e Publicidade	18.861	17.201	330	794
Consumo Próprio de Energia Elétrica	12.426	9.764	-	-
Matéria Prima e Insumos para Produção	44.768	36.027	-	-
Subvenções e Doações	20.126	19.348	590	376
Taxa de Fiscalização da ANEEL	27.886	25.232	-	-
Concessão Onerosa	9.570	10.039	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.819	5.718	62	45
Seguros	4.234	4.016	33	104
Contribuição ao MAE	2.624	2.132	2	3
Taxa de Licenciamento – TDRF ( * )	22.517	23.251	-	-
PROINFA	5.512	3.800	-	-
Outras Despesas (recuperação de despesas)	55.113	30.680	2.838	(5.193)
	<b>256.201</b>	<b>210.949</b>	<b>4.203</b>	<b>(3.671)</b>

( \* ) TDRF – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

## 29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
<b>RECEITAS FINANCEIRAS -</b>				
Renda de Aplicação Financeira	143.417	152.550	5.453	19.916
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	92.506	107.269	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	118.484	128.080	24.485	26.790
Variação Monetária da CVA	36.656	61.969	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	380.551	249.000	20.146	22.623
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	104.494	145.954	-	-
Variações Cambiais	117.509	88.923	-	109
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	9.916	(49.039)	(25.276)	(28.507)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	3.370	7.262	-	2.234
Outras	115.342	112.981	40.341	54.504
	<u>1.122.245</u>	<u>1.004.949</u>	<u>65.149</u>	<u>97.669</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS -</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(650.872)	(621.865)	(7.817)	(9.896)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(123.942)	(59.628)	-	-
Variação Monetária da CVA	(30.496)	(42.366)	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(24.036)	(21.445)	(237)	-
Variação Cambial	(11.870)	(15.612)	(1.704)	-
C.P.M.F.	(52.848)	(62.934)	(4.716)	(12.545)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(156.385)	(65.500)	(20.146)	(22.623)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(132.880)	(85.352)	-	-
Outras	(100.404)	(69.262)	(20.348)	(31.089)
	<u>(1.283.733)</u>	<u>(1.043.964)</u>	<u>(54.968)</u>	<u>(76.153)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b><u>(161.488)</u></b>	<b><u>(39.015)</u></b>	<b><u>10.181</u></b>	<b><u>21.516</u></b>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre empréstimos e financiamentos vinculados a obras, até o 3º trimestre de 2007, no montante de R\$6.697, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado. Não houve variação monetária ou cambial capitalizada até o 3º trimestre de 2007 (R\$18.138 de encargos financeiros e R\$3.871 de variações monetárias/cambiais no mesmo período de 2006).

### 30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/06/2007	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
<b>Cemig Distribuição S.A.</b>								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	3.570	2.194	17.748	1.624	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	169.704	427.069	-	-	112.900	126.265	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	20.992	16.030	-	-	(52.480)	-
<b>Cemig Geração e Transmissão S.A.</b>								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	29	14	2.260	2.132	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	140.900	130.701	-	-	140.900	159.515	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	20.992	16.030	-	-	52.480	-	-	-
Outros	-	14	-	2.132	-	-	-	-
<b>Light S.A.</b>								
Fornecimento de Energia Elétrica	8.396	8.387	-	-	41.277	-	-	-
Compra de Energia Elétrica	-	-	155	2.323	-	-	(16.323)	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
Consumidores e Revendedores	2.385	2.231	-	-	47.663	42.749	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	15.661	8.370	278.519	285.211	(1.872.557)	(1.719.149)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.722.770	1.746.346	-	-	31.831	21.289	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	275.489	293.988	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	30.775	32.698	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	89.873	153.872	-	-	-	-
Debêntures	-	-	141.072	138.530	-	-	(3.082)	(2.129)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	961.050	990.001	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	20.889	21.268	-	-	-	-
<b>Forluz</b>								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	79.424	89.086	-	-	(76.273)	(112.582)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.179.316	1.200.078	-	-	-	-
Outros	-	-	16.504	14.081	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(80.753)	(41.347)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(9.520)	(1.989)
<b>Outros</b>	11.294	7.035	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 24, 27, 28 e 29.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$30.775 em 30 de setembro de 2007 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

### 31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

#### Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 30 de setembro de 2007, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$131.098 (R\$241.076) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$33.779 – R\$62.116).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas no 3º trimestre de 2007 e 2006, nos montantes de R\$129.510 e R\$78.090, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de setembro de 2007:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de setembro de 2007	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(19.685)	(19.203)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2007 até 06/2013	US\$131.098	(248.676)	(266.216)
				<b>(268.361)</b>	<b>(285.419)</b>

Adicionalmente, a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 30 de setembro de 2007, é negativo em R\$13.971.

### 32) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW.

Em 14 de junho de 2007, o Ministério das Minas e Energia (MME) renovou o prazo de concessão por um período de 20 anos a contar da data de vencimento. A assinatura do contrato de renovação das concessões será provavelmente realizada no segundo semestre de 2007. O Aditivo ao Contrato de Concessão observará as normas e condições estabelecidas pela legislação pertinente, bem como aquelas previstas na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, e seus respectivos regulamentos.

### **33) – EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$132 milhões, ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro em função dessa alienação, no montante estimado de R\$44.200 (não revisado pelos auditores independentes) será reconhecido pela Infovias no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

#### Grupamento de ações – Light S.A.

Em 19 de outubro de 2007, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital Social da Companhia. As ações representativas da totalidade do capital social serão grupadas na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para 1 (uma) ação e com início de negociação desta forma a partir de 3 de dezembro de 2007.

#### Light – Captação de recursos

##### *CCB Bradesco*

Em 23 de outubro de 2007 a Light SESA concluiu o processo de refinanciamento e antecipação do pagamento da dívida oriunda do Credit Linked Notes, contraída junto ao Deutsche Bank pela sua subsidiária integral LIR Energy Ltd. em abril de 2000, através da seguinte captação:

Tomador:	Light Serviços de Eletricidade S.A.
Credor:	Banco Bradesco S.A.
Estruturador:	Banco Bradesco BBI S.A.
Montante:	R\$450 milhões.
Destinação dos Recursos:	(i) Pré-pagamento das Credit Linked Notes contraídas junto ao Deutsche Bank, no valor aproximado de R\$340 milhões (equivalente a US\$160 milhões); (ii) Complementação do montante destinado ao plano de investimentos da Light para o período 2007-2008, no valor aproximado de R\$110 milhões (equivalente a US\$ 60 milhões).
Prazo Total:	10 anos.
Instrumento:	CCB – Cédula de Crédito Bancário
Amortização:	Anual, com primeiro pagamento a partir do 5º ano
Pagamento de juros:	Anual, sem carência
Custo:	CDI + 0,85% a.a. (*)
Liquidação antecipada:	O Empréstimo poderá ser pré-pago, pela curva de mercado, somente em sua integralidade, mediante notificação prévia da Light.

(\*) Haverá a incidência de IOF e comissão de estruturação sobre o montante total.

Como consequência, o Instrumento de Assunção de Dívida entre Light SESA e Light Energia deverá ser aditado para refletir a rolagem / captação da operação acima descrita.

#### *BNDES – Investimento (FINEM)*

Em 15 de outubro de 2007, o Grupo Light obteve a anuência da ANEEL para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), no montante de R\$550 milhões.

Este crédito faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A assinatura do contrato junto ao BNDES está prevista para o final do mês de outubro de 2007.

O efeito dessas captações de recursos nas informações trimestrais da CEMIG corresponde a 25,00% do valor mencionado, conforme critérios de consolidação proporcional descritos na nota explicativa nº 2.



### 34) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano SFAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ( “ U.S. GAAP” ).

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
<b>DAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro Líquido do Período	1.468.758	1.113.267	1.468.758	1.113.267
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	585.294	479.389	525	519
Baixas Líquidas de Imobilizado	21.018	11.297	-	81
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.600.700)	(1.169.048)
Participação de Minoritários	89.039	1.437	-	-
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(355.400)	(223.633)	(44.394)	(28.124)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	156.385	65.500	20.146	22.623
Provisões para Perdas Operacionais	114.484	97.172	43.486	8.626
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	129.510	78.090	-	-
Obrigações Pós-Emprego	93.210	115.896	3.858	5.539
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	-	(31.136)	-	(31.136)
Impostos Federais Diferidos	(326.915)	(54.004)	(15.526)	3.453
Outros	(18.449)	(82.174)	1.698	-
	<u>1.956.934</u>	<u>1.571.101</u>	<u>(122.149)</u>	<u>(74.200)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(155.542)	(461.074)	-	-
Revendedores – Transações na CCEE/MAE	92.579	153.619	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	266.167	217.754	-	-
Créditos Tributários Diferidos	(233.828)	(38.813)	17.138	(6.043)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	122.007	78.760	-	-
Tributos Compensáveis	(968.467)	(704.742)	(41.625)	(69.787)
Outros Ativos Circulantes	91.260	(8.476)	(4.970)	43.090
Despesas Antecipadas – CVA	(210.093)	33.838	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	1.122.034	1.079.709
Concessionária Transporte de Energia	(86.895)	(69.057)	-	-
Depósitos Judiciais	(26.535)	(159.843)	(1.817)	(36.961)
Reajuste Tarifário Diferido	388.132	178.495	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(26.126)	(129)	(2.556)	(24.905)
	<u>(747.341)</u>	<u>(779.668)</u>	<u>1.088.204</u>	<u>985.103</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(145.519)	(39.371)	(4.475)	(7.174)
Tributos e Contribuição Social	1.183.697	522.838	77.051	9.468
Salários e Contribuições Sociais	32.740	19.098	2.230	1.393
Encargos Regulatórios	(11.873)	48.824	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(54.923)	186.045	(3.427)	(4.690)
Obrigações Pós-Emprego	(176.543)	(175.857)	(9.338)	(8.663)
Passivo Regulatório – CVA	330.710	218.081	-	-
Instrumentos Financeiros	(16.142)	36.504	-	-
Outros	59.035	(65.529)	20.464	7.216
	<u>1.201.182</u>	<u>750.633</u>	<u>82.505</u>	<u>(2.450)</u>
<b>CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.410.775</b>	<b>1.542.066</b>	<b>1.048.560</b>	<b>908.453</b>

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2007	30/09/2006	30/09/2007	30/09/2006
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos Obtidos	369.944	1.003.909	-	-
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	7.267	26.611
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(872.039)	(216.193)	(30.246)	-
Empréstimos de Curto Prazo	600.000	1.200.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(680.470)	(1.555.280)	(680.470)	(1.555.280)
	<u>(582.565)</u>	<u>432.436</u>	<u>(703.449)</u>	<u>(628.669)</u>
<b>TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS</b>	<u>1.828.210</u>	<u>1.974.502</u>	<u>345.111</u>	<u>279.784</u>
<b>INVESTIMENTOS</b>				
Em Investimentos	(93.936)	(507.409)	(9.935)	(564.126)
No Imobilizado	(844.326)	(1.060.271)	(9)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	151.320	159.371	-	-
No Diferido	(4.401)	(3.580)	-	-
	<u>(791.343)</u>	<u>(1.411.889)</u>	<u>(9.944)</u>	<u>(564.126)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u><b>1.036.867</b></u>	<u><b>562.613</b></u>	<u><b>335.167</b></u>	<u><b>(284.342)</b></u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA</b>				
No início do período	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
Saldo Inicial – Aquisição de Controladas	-	124.930	-	-
No fim do período	<u>2.412.368</u>	<u>2.031.678</u>	<u>358.556</u>	<u>16.168</u>
	<u><b>1.036.867</b></u>	<u><b>562.613</b></u>	<u><b>335.167</b></u>	<u><b>(284.342)</b></u>

### 35) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA (não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME LIGHT	EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETPE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	FIDC	ELIMINAÇÕES	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>10.324.070</b>	<b>8.091.376</b>	<b>10.626.713</b>	<b>2.095.101</b>	<b>265.767</b>	<b>372.981</b>	<b>377.895</b>	<b>146.030</b>	<b>112.755</b>	<b>455.407</b>	<b>961.050</b>	<b>(8.373.817)</b>	<b>25.455.328</b>
Disponibilidades	358.556	975.994	626.801	140.110	29.922	94.054	32.748	40.815	30.043	83.325	-	-	2.412.368
Contas a Receber	1.082.938	389.611	2.998.719	527.164	8.264	160.729	33.729	4.485	3.033	24.870	961.050	(435.081)	5.759.511
Ativo Regulatório	-	43.223	1.546.021	15.711	-	-	-	-	-	-	-	-	1.604.955
Outros Ativos	734.739	881.588	1.507.932	417.196	4.680	27.754	53.600	28.219	4.755	21.554	-	(74.491)	3.607.526
Investimentos/Mobilizado/Diferido	8.147.837	5.800.960	3.947.240	994.920	222.901	90.444	257.818	72.511	74.924	325.658	-	(7.864.245)	12.070.968
<b>PASSIVO</b>	<b>10.324.070</b>	<b>8.091.376</b>	<b>10.626.713</b>	<b>2.095.101</b>	<b>265.767</b>	<b>372.981</b>	<b>377.895</b>	<b>146.030</b>	<b>112.755</b>	<b>455.407</b>	<b>961.050</b>	<b>(8.373.817)</b>	<b>25.455.328</b>
Fornecedores e Suprimento	1.871	141.615	859.079	137.492	1.234	37.147	22.743	4.630	3.623	18.251	-	(47.449)	1.180.236
Emprestimo, Financiamento e Debentures	76.952	3.134.586	2.797.735	443.938	147.786	-	12.452	-	-	55.072	961.050	-	7.629.571
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	693.358	140.900	169.704	-	7.236	-	-	-	-	3.378	-	(321.218)	693.358
Obrigações Pós-Emprego	57.202	285.416	916.122	244.873	-	-	-	-	-	-	-	-	1.503.613
Outros Passivos	503.476	952.918	2.939.828	555.211	9.112	145.782	11.155	32.192	6.838	39.475	-	(140.905)	5.055.022
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	87.371	-	-	-	-	-	-	-	-	87.371
Participações minoritárias	-	-	-	293.666	-	-	21.220	-	-	-	-	-	314.886
Patrimônio Líquido	8.991.211	3.435.941	2.944.245	332.550	100.399	190.052	310.325	109.208	102.294	339.231	-	(7.864.245)	8.991.211
<b>RESULTADO</b>													
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>646</b>	<b>1.952.439</b>	<b>4.337.901</b>	<b>982.286</b>	<b>50.245</b>	<b>162.332</b>	<b>89.764</b>	<b>28.796</b>	<b>20.894</b>	<b>94.538</b>	<b>16.728</b>	<b>(117.637)</b>	<b>7.618.932</b>
<b>Custo e Despesa Operacional</b>													
Pessoal	(19.969)	(168.424)	(512.852)	(53.993)	(1.113)	(6.624)	(9.801)	(738)	(974)	(1.835)	-	-	(796.323)
Materiais	(213)	(10.897)	(50.356)	(2.845)	(211)	(764)	(863)	(137)	(123)	(156)	-	-	(66.585)
Materia Prima	-	(44.768)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.768)
Serviços de Terceiros	(8.189)	(64.029)	(266.063)	(47.942)	(2.846)	(3.241)	(25.278)	(3.195)	(1.986)	(16.513)	-	-	(439.292)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(98.697)	-	-	-	-	-	(958)	(804)	(1.272)	-	-	(101.731)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.954)	(1.574.176)	(474.816)	-	-	-	(359)	(335)	(2.395)	-	116.290	(1.949.745)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(188.715)	(337.885)	(66.526)	-	-	-	-	(2.497)	(6.297)	-	-	(600.573)
Depreciação e Amortização	(525)	(166.946)	(304.570)	(63.156)	(5.505)	(2.992)	(28.896)	(1.881)	(1.629)	(9.194)	-	-	(585.294)
Obrigações Pós-Emprego	(3.858)	(17.237)	(55.178)	(16.937)	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.210)
Provisões Operacionais	(43.486)	(4.996)	(99.559)	(59.353)	-	-	(661)	-	-	(2.383)	-	-	(210.438)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(101.154)	-	-	-	-	-	-	(101.154)
Outras Despesas Líquidas	(4.203)	(56.827)	(119.547)	(15.372)	(682)	(3.089)	(9.927)	(266)	(248)	(1.272)	-	-	(211.433)
<b>(80.443)</b>	<b>(855.490)</b>	<b>(3.320.186)</b>	<b>(800.940)</b>	<b>(10.357)</b>	<b>(117.864)</b>	<b>(75.446)</b>	<b>(7.534)</b>	<b>(8.606)</b>	<b>(41.317)</b>	<b>(16.728)</b>	<b>(16.728)</b>	<b>-</b>	<b>(5.200.546)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (PASEP/COFINS)</b>	<b>16.728</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras</b>	<b>(63.069)</b>	<b>1.096.949</b>	<b>1.017.715</b>	<b>181.346</b>	<b>39.888</b>	<b>44.468</b>	<b>14.318</b>	<b>21.262</b>	<b>12.288</b>	<b>53.221</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.418.386</b>
Resultado Financeiro	10.181	(226.526)	20.696	22.676	(8.084)	6.220	1.583	3.454	2.499	5.813	-	-	(161.488)
<b>Lucro (prejuízo) Operacional</b>	<b>(52.888)</b>	<b>870.423</b>	<b>1.038.411</b>	<b>204.022</b>	<b>31.804</b>	<b>50.688</b>	<b>15.901</b>	<b>24.716</b>	<b>14.787</b>	<b>59.034</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.256.898</b>
Resultado não Operacional	(5.763)	3.527	(25.949)	(4.900)	6	(4)	121	-	-	(290)	-	-	(33.252)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social</b>	<b>(58.651)</b>	<b>873.950</b>	<b>1.012.462</b>	<b>199.122</b>	<b>31.810</b>	<b>50.684</b>	<b>16.022</b>	<b>24.716</b>	<b>14.787</b>	<b>58.744</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.223.646</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(73.291)	(248.022)	(305.992)	9.623	(10.061)	(16.163)	(4.941)	(8.384)	(1.837)	(6.781)	-	-	(665.849)
<b>REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓP. Participações Minoritárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(88.200)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(839)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(89.039)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(131.942)</b>	<b>625.928</b>	<b>706.470</b>	<b>120.545</b>	<b>21.749</b>	<b>34.521</b>	<b>10.242</b>	<b>16.332</b>	<b>12.950</b>	<b>51.963</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.468.758</b>
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>													
EBITDA	(79.272)	1.263.895	1.322.285	244.502	45.393	47.460	43.214	23.143	13.917	62.415	-	-	3.003.680
Ítem não recorrentes	-	30.919	(29.245)	(41.854)	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.180)
EBITDA ajustado	(79.272)	1.294.814	1.293.040	202.648	45.393	47.460	43.214	23.143	13.917	62.415	-	-	2.963.500
Obrigações Pós-Emprego	3.858	17.237	55.178	16.937	-	-	-	-	-	-	-	-	93.210
EBITDA ajustado mais obrigações pós-emprego	(75.414)	1.312.051	1.348.218	219.585	45.393	47.460	43.214	23.143	13.917	62.415	-	-	3.056.710
NOPAT	(134.858)	773.107	709.937	197.013	27.080	30.418	9.956	14.052	11.301	48.318	-	-	1.686.325
NOPAT ajustado	(134.858)	804.026	680.692	155.159	27.080	30.418	9.956	14.052	11.301	48.318	-	-	1.646.145
Margem Líquida	-20424,46%	32,06%	16,29%	12,27%	43,29%	21,27%	11,41%	56,72%	61,98%	54,97%	-	-	19,28%
Margem do EBITDA	-12271,21%	64,73%	30,48%	24,89%	90,34%	29,24%	48,14%	80,37%	66,61%	66,02%	-	-	39,42%
Margem do EBITDA ajustado	-12271,21%	66,32%	29,81%	20,63%	90,34%	29,24%	48,14%	80,37%	66,61%	66,02%	-	-	39,90%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-1,45%	22,27%	31,57%	56,86%	27,65%	22,20%	3,41%	17,58%	14,49%	-	-	-	19,52%
Índice de Endividamento Geral	12,91	57,54	72,29	65,94	49,05	12,27	25,22	9,28	25,51	100,00	-	-	(3,49)
Índice de liquidez corrente	1,03	1,62	1,18	1,69	1,47	12,91	2,00	4,35	1,62	-	-	-	1,12
Índice de Liquidez Geral	1,63	0,49	0,87	0,80	1,54	2,59	2,00	3,62	1,12	1,00	-	-	1,00

EBITDA (Earnings before interest rates, taxes, depreciation and amortization) - Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização.  
NOPAT (Net operation profit after tax) - Lucro operacional reduzido pelo imposto de Renda e Contribuição social.

\* \* \* \* \*

**DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

*Lucro do Período*

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a setembro de 2007, um lucro líquido consolidado de R\$1.468.758, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.113.267 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 31,93%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 23,65% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 11,29% nos custos e despesas operacionais.

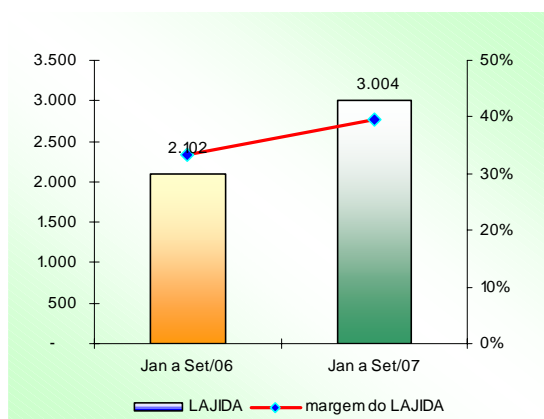
**LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)**

O LAJIDA da CEMIG no período de janeiro a setembro de 2007 foi de R\$3.003.680 comparados a R\$2.102.234 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 42,88%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 28,45%.

Como eventos extraordinários foram registrados em 2007:

- ❑ Ativo regulatório de CVA de compra de energia superior ao montante anteriormente registrado, com impacto positivo de R\$30.793, dos quais R\$29.245 referem-se ao exercício de 2006;
- ❑ Redução na receita no montante de R\$30.919 em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão;
- ❑ Reversão de provisão para contingências no montante de R\$41.854, relativa a majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%, efetuada pela LIGHT, em função da decadência de exigibilidade do tributo.

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2007	30/09/2006	Var %
Lucro Líquido	1.468.758	1.113.267	31,93
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	665.849	456.121	45,98
+ Resultado não Operacional	33.252	13.005	155,69
+ Resultado Financeiro	161.488	39.015	313,91
+ Amortização e Depreciação	585.294	479.389	22,09
+ - Participação de Minoritários	89.039	1.437	6.096,17
<b>= LAJIDA</b>	<b>3.003.680</b>	<b>2.102.234</b>	<b>42,88</b>
Itens não recorrentes:			
+ Recomposição CVA da TUSD	-	93.265	-
+ Anuênio	-	177.425	-
- Reversão de provisão de RGR	-	(65.760)	-
- CVA Energia	(29.245)	-	-
- Reversão de Provisão para contingências - COFINS - Light	(41.854)	-	-
+ Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória n°496	30.919	-	-
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>2.963.500</b>	<b>2.307.164</b>	<b>28,45</b>



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2007 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2006 deve-se, principalmente ao aumento de 21,02% na receita operacional líquida. Este impacto foi parcialmente reduzido pelo aumento de 10,06% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho operacional verificado em 2007 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 33,39% no período de janeiro a setembro de 2006 para 39,42% em 2007.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$9.785.218 no período de janeiro a setembro de 2007 em comparação a R\$7.913.802 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 23,65%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,05%, a partir de 8 de abril de 2006 (efeito integral em 2007);
- ❑ Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007;
- ❑ Aumento de R\$1.066.485 na receita bruta em função da consolidação da Rio Minas Energia Participações S.A. – RME (R\$1.355.406 em 2007 comparados a R\$288.921 em 2006). O menor valor da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 2 meses de receita no ano anterior.

### Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/09/07	30/09/06	Var %
Residencial	6.498.148	5.263.296	23,46
Industrial	18.165.879	18.037.830	0,71
Comércio, Serviços e Outros	4.112.500	3.097.471	32,77
Rural	1.568.252	1.463.636	7,15
Poder Público	715.241	492.980	45,09
Iluminação Pública	911.782	818.800	11,36
Serviço Público	985.928	803.038	22,77
<b>Total</b>	<b>32.957.730</b>	<b>29.977.051</b>	<b>9,94</b>

### Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$796.595 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$573.185 no período de janeiro a setembro de 2006. Este aumento decorre basicamente do aumento na quantidade de energia vendida (9.942.896 MWh em 2007 comparados a 8.308.198 MWh em 2006) em função, principalmente, da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006 e de um maior volume de energia negociada através de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica. Deve ser ressaltado em 2007 o fornecimento de energia para a Argentina, feito por intermédio da Companhia de Interconexão Energética, no montante de R\$66.869, no terceiro trimestre de 2007. A tarifa média foi de R\$80,12 em 2007 comparada a R\$68,99 em 2006, um aumento de 16,13%.

### *Receita de uso da rede*

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 5,16% correspondente a R\$75.204 (R\$1.533.863 em 2007 comparados a R\$1.458.659 em 2006). Este crescimento decorre basicamente da maior receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light, R\$1.068.149 comparados a R\$1.001.293 em 2006, um aumento de 6,68%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, e seu crescimento decorre principalmente da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da receita num montante de R\$111.209 em 2007 (R\$22.211 em 2006). A Cemig Distribuição excluiu das tarifas de TUSD, em 2007, os encargos de CCC, CDE e PROINFA para autoprodutores de energia elétrica, em função de Resolução da ANEEL.

Compõe ainda este saldo a receita de uso da rede básica e a receita de sistema de conexão nos montantes de R\$305.501 e R\$160.213, respectivamente. Vide nota explicativa nº 25 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Em junho de 2007, a CEMIG registrou uma redução na receita de uso da rede, no montante de R\$30.919, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL. De acordo com a Resolução ANEEL nº 493, de 26 de Junho de 2007, a redução na receita das novas instalações foi de 24,58%, um impacto de aproximadamente 3,00% na receita total de uso da rede da Cemig Geração e Transmissão. Mais explicações, vide nota explicativa nº 21 das Informações Trimestrais.

### *Custos não controláveis*

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Não Circulante como despesas antecipadas. Em função da reformulação do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações vide notas explicativas nº 2 e nº 8 das Informações Trimestrais Consolidadas.

### *Deduções à receita operacional*

As deduções à receita operacional foram de R\$4.149.123 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$3.445.857 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 20,41%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$331.744 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$363.327 no período de janeiro a setembro de 2006, representando uma redução de 8,69%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$292.101 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$244.292 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 19,57%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

#### Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$120.406 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$17.168 no período de janeiro a setembro de 2006. A variação entre os períodos comparados deve-se aos seguintes fatores:

- Ajuste credor em 2006, referente a provisão do exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.
- Aumento, em 2007, do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa, e da contabilização em março de 2007, em cumprimento a orientações da ANEEL, de uma complementação à despesa no montante de R\$14.899, referente ao período de janeiro a março de 2005.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### *Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)*

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a setembro de 2007 foram de R\$5.200.546 comparados a R\$4.672.959 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 11,29%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com compra de energia elétrica, despesas com depreciação e amortização e serviços de terceiros, sendo parcialmente compensado por uma redução nas despesas com pessoal. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a setembro de 2007 foi de R\$796.323 comparados a R\$908.275 no período de janeiro a setembro de 2006, uma redução de 12,33%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R\$177.425, compensada parcialmente pelo reajuste salarial de 4,00% concedido aos empregados da Holding, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão em novembro de 2006 e pelo aumento de 1,59% na quantidade de empregados das empresas citadas que passou de 10.663 empregados em setembro de 2006 para 10.833 em setembro de 2007. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a setembro de 2007 foi de R\$1.949.745 comparados a R\$1.605.816 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 21,42%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 às Informações Trimestrais Consolidadas.

#### Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 22,09% na comparação entre os períodos, R\$585.294 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$479.389 no período de janeiro a setembro de 2006. Esta variação decorre principalmente da entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006, e da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$63.156 em 2007 (R\$13.536 em 2006). O menor valor da depreciação e amortização da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 2 meses da despesa no ano anterior.

#### Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$93.210 no período de janeiro a setembro de 2007, comparados a R\$115.896 no período de janeiro a setembro de 2006, representando uma redução de 19,57%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Companhia, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.



### Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$210.438 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$116.889 no período de janeiro a setembro de 2006, um aumento de 80,03%. Este aumento decorre principalmente de uma maior provisão para créditos de liquidação duvidosa, que passou de R\$87.054 no período de janeiro a setembro de 2006 para R\$115.424 no período de janeiro a setembro de 2007 (R\$46.052 provisionados pela RME) e da provisão para processos administrativos da ANEEL, no valor de R\$30.000, constituída em março de 2007. Vide mais informações na notas explicativas nº 22 e nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a setembro de 2007 foi de R\$600.573 comparados a R\$620.678 no período de janeiro a setembro de 2006, uma redução de 3,24%. Esta redução deve-se principalmente ao valor registrado na despesa em 2006, de parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93.265 em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA. O impacto da redução foi minimizado pela entrada em operação da Usina de Irapé, aos reajustes médios na Cemig Geração e Transmissão de 10% na tarifa de transmissão -TUST e 12% na tarifa de distribuição -TUSD, em 2006 (efeito integral em 2007) e aos ajustes médios de 3,5% na TUST e TUSD em junho de 2007.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

### Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$101.154 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$119.166 no período de janeiro a setembro de 2006, uma redução de 15,12%. Esta variação deve-se, principalmente, à redução na quantidade comprada nos períodos comparados; 423.698 mil m<sup>3</sup> no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a 562.800 mil m<sup>3</sup> no período de janeiro a setembro de 2006. A redução no volume de gás vendido deve-se a menor operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no exercício de 2007.

### *Receitas (Despesas) Financeiras*

O resultado no período de janeiro a setembro de 2007 foi uma despesa financeira líquida de R\$161.488 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$39.015 no período de janeiro a setembro de 2006. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 52,83% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R\$380.551 em 2007 comparados a R\$249.000 em 2006). Esta variação decorre principalmente da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R\$99.833, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R\$156.385 em 2007 comparados a R\$65.500 em 2006).

- ❑ Saldo credor de R\$9.916 referente ao PASEP/COFINS sobre a receita financeira no período de janeiro a setembro de 2007, comparado a um saldo devedor de R\$49.039 em 2006. O saldo credor em 2007 deve-se a uma reversão, feita pela Light em 2007, no montante de R\$59.826.
- ❑ Redução de 28,41% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R\$104.494 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$145.954 no período de janeiro a setembro de 2006. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo na comparação entre os dois períodos em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia. Mais explicações vide nota explicativa nº 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- ❑ Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$650.872 no período de janeiro a setembro de 2007 comparados a R\$621.865 no mesmo período de 2006, uma redução de 4,66%. Este resultado decorre, principalmente, da redução da variação do CDI (indexador dos contratos) no período de janeiro a setembro de 2007 comparado ao mesmo período de 2006.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a setembro de 2007, no montante de R\$105.639 em comparação a ganhos líquidos de R\$73.311 no período de janeiro a setembro de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No período de janeiro a setembro de 2007, o real apresentou uma valorização de 13,99% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 7,11% no mesmo período de 2006.
- ❑ Perda líquida com instrumentos financeiros no período de janeiro a setembro de 2007, no montante de R\$129.510 em comparação a perda líquida de R\$78.090 no mesmo período de 2006. Este resultado decorre principalmente da desvalorização do dólar norte-americano em 2007.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social*

A CEMIG apurou, no período de janeiro a setembro de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$665.849 em relação ao lucro de R\$2.223.646 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,94%. No período de janeiro a setembro de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$456.121 em relação ao lucro de R\$1.570.825, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,04%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas. No período de janeiro a setembro de 2006, foi apurado benefício fiscal, no montante R\$57.483, referente ao pagamento de juros sobre capital próprio.

Foi registrado em junho de 2007 o valor de R\$81.924 referente a créditos fiscais extraordinários, reconhecidos pela Light, referentes a exercícios anteriores. Mais informações na Nota Explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2007 E 2006**

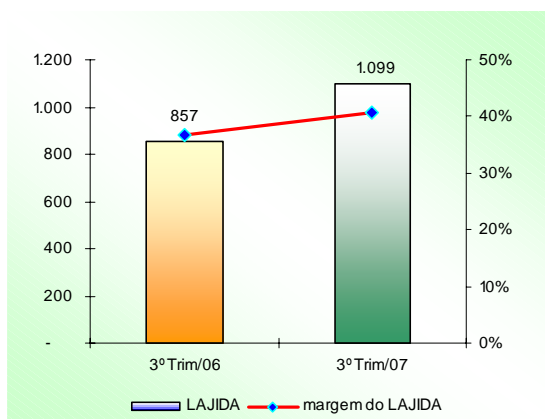
	<b>Terceiro Trim/2007</b>	<b>Terceiro Trim/2006</b>	<b>Var. %</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.441.038	3.030.810	13,54
Receita de Uso da Rede	508.701	504.739	0,78
Outras Receitas operacionais	176.506	136.477	29,33
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.126.245</b>	<b>3.672.026</b>	<b>12,37</b>
Deduções à Receita Operacional	(1.427.004)	(1.329.102)	7,37
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.699.241</b>	<b>2.342.924</b>	<b>15,21</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(260.457)	(255.323)	2,01
Obrigações Pós-Emprego FORLUZ	(32.947)	(40.841)	(19,33)
Materiais	(22.641)	(20.559)	10,13
Serviços de Terceiros	(164.835)	(126.132)	30,68
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(698.133)	(605.233)	15,35
Depreciação e Amortização	(206.562)	(176.577)	16,98
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(29.774)	(38.728)	(23,12)
Provisões Operacionais	(53.880)	(36.897)	46,03
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(200.395)	(198.943)	0,73
Gás Comprado para Revenda	(38.973)	(42.767)	(8,87)
Outras Despesas Líquidas	(98.525)	(120.148)	(18,00)
	<b>(1.807.122)</b>	<b>(1.662.148)</b>	<b>8,72</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>892.119</b>	<b>680.776</b>	<b>31,04</b>
RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(38.313)	(37.462)	2,27
<b>Lucro Operacional</b>	<b>853.806</b>	<b>643.314</b>	<b>32,72</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(13.956)</b>	<b>6.966</b>	<b>-</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>839.850</b>	<b>650.280</b>	<b>29,15</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(278.364)	(200.510)	38,83
Participação de Acionistas Não Controladores	(14.357)	(1.580)	808,67
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>547.129</b>	<b>448.190</b>	<b>22,08</b>

### Lucro do Trimestre

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2007, um lucro líquido de R\$547.129, em comparação ao lucro líquido de R\$448.190 no terceiro trimestre de 2006, um aumento de 22,08%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 15,21% na receita operacional líquida compensada parcialmente pelo aumento de 8,72% nos custos e despesas operacionais.

*LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)*

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06	Var %
Lucro Líquido	547.129	448.190	22,08
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	278.364	200.510	38,83
+ - Resultado não Operacional	13.956	(6.966)	-
+ Resultado Financeiro	38.313	37.462	2,27
+ Amortização e Depreciação	206.562	176.577	16,98
+ - Participação de Acionistas Não Controladores	14.357	1.580	808,67
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.098.681</b>	<b>857.353</b>	<b>28,15</b>



O crescimento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2007 em comparação ao mesmo período de 2006 deve-se, principalmente ao aumento de 15,21% na receita líquida. Este impacto foi parcialmente reduzido pelo aumento de 7,74% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O melhor desempenho operacional verificado em 2007 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 36,59% no terceiro trimestre de 2006 para 40,70% no terceiro trimestre de 2007.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.441.038 no terceiro trimestre de 2007 em comparação a R\$3.030.810 no terceiro trimestre de 2006, representando um aumento de 13,54%.

	MWh(*)			R\$		
	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06	Var. %	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06	Var. %
Residencial	2.093.084	1.952.876	7,18	1.079.747	979.119	10,28
Industrial	6.327.700	6.145.251	2,97	906.683	776.331	16,79
Comércio, Serviços e Outros	1.297.498	1.149.653	12,86	598.878	504.033	18,82
Rural	634.709	603.663	5,14	168.053	156.802	7,18
Poder Público	231.092	198.399	16,48	96.444	79.520	21,28
Iluminação Pública	298.750	295.528	1,09	81.825	75.757	8,01
Serviço Público	335.388	303.438	10,53	97.374	81.358	19,69
<b>Sub-Total</b>	<b>11.218.221</b>	<b>10.648.808</b>	<b>5,35</b>	<b>3.029.004</b>	<b>2.652.920</b>	<b>14,18</b>
Consumo Próprio	12.435	9.792	26,99	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	30.542	35.527	(14,03)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	23.023	24.487	(5,98)
	<b>11.230.656</b>	<b>10.658.600</b>	<b>5,37</b>	<b>3.082.569</b>	<b>2.712.934</b>	<b>13,62</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	3.539.804	3.319.774	6,63	338.827	249.077	36,03
Transações com Energia na CCEE	-	-	-	19.642	68.799	(71,45)
<b>Total</b>	<b>14.770.460</b>	<b>13.978.374</b>	<b>5,67</b>	<b>3.441.038</b>	<b>3.030.810</b>	<b>13,54</b>

(\*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

- ❑ Reajuste tarifário da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007;
- ❑ Aumento de 5,35% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).
- ❑ Fornecimento de energia para a Argentina, feito por intermédio da Companhia de Interconexão Energética, no montante de R\$66.869, no terceiro trimestre de 2007.
- ❑ Aumento de R\$91.331 na receita bruta do terceiro trimestre de 2007 em função da consolidação da Rio Minas Energia Participações S.A. – RME. O valor da receita decorrente da consolidação da RME em 2007 foi de R\$380.252 comparado a 288.921 no terceiro trimestre de 2006. O menor valor da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 2 meses de receita no ano anterior.

### Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou uma pequena variação de 0,78% nos trimestres comparados.

	Consolidado	
	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06
TUSD	338.099	335.710
Receita de uso da Rede Básica	110.719	136.464
Receita de Sistema de Conexão	59.883	32.565
	<b>508.701</b>	<b>504.739</b>

### Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em função de alteração do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas números 2 e 8 das Informações Trimestrais.

### Deduções à receita operacional

	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06	Var %
ICMS	754.427	670.804	12,47
COFINS	340.246	301.157	12,98
Reserva Global de Reversão – RGR	40.628	32.116	26,50
PIS-PASEP	72.411	67.904	6,64
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.527	3.516	170,96
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	98.042	93.157	5,24
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	87.148	141.278	(38,31)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.132	6.912	3,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	6.202	7.465	(16,92)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.767	3.461	8,84
Outras	7.474	1.332	451,59
	<b>1.427.004</b>	<b>1.329.102</b>	<b>7,37</b>

As principais variações nas deduções à receita são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$87.148 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$141.278 no terceiro trimestre de 2006, representando uma redução de 38,31%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica, e repassada à Eletrobrás.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$98.042 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$93.157 no terceiro trimestre de 2006, um aumento de 5,24%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica, e repassada à Eletrobrás.

#### Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$40.628 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$32.116 no terceiro trimestre de 2006, um aumento de 26,50%. Este resultado deve-se ao aumento em 2007 do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

#### *Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)*

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.807.122 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$1.662.148 no terceiro trimestre de 2006, representando um aumento de 8,72%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com depreciação e amortização, energia comprada para revenda e serviços de terceiros.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Pessoal

A despesa com pessoal no terceiro trimestre de 2007 foi de R\$260.457, comparados a R\$255.323 no terceiro trimestre de 2006, um aumento de 2,01%. Este resultado decorre principalmente do reajuste salarial de 4,00% concedido aos empregados em novembro de 2006 e pelo maior número de empregados em 2007, parcialmente compensado pelo maior valor transferido para obras em andamento no terceiro trimestre de 2007 em relação ao mesmo período de 2006 (R\$43.062 em 2007 comparado a R\$38.170 em 2006).

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$698.133 no terceiro trimestre de 2007, comparados a R\$605.233 no terceiro trimestre de 2006, representando um aumento de 15,35%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

#### Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$206.562 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$176.577 no terceiro trimestre de 2006, representando um aumento de 16,98%. Este resultado decorre substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição, consequência dos investimentos do Programa Luz Para Todos e da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$23.822 no terceiro trimestre de 2007.

### Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$32.947 no terceiro trimestre de 2007, comparados a R\$40.841 no terceiro trimestre de 2006, representando uma redução de 19,33%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

### Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$53.880 no terceiro trimestre de 2007 comparados a R\$36.897 no terceiro trimestre de 2006, um aumento de 46,03%. Esta variação decorre principalmente do maior valor da Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária em 2007 (R\$19.227 no terceiro trimestre de 2007 comparados a uma reversão de R\$1.853 no terceiro trimestre de 2006).

### Receitas (Despesas) Financeiras

	Terceiro Trim/07	Terceiro Trim/06	ar. %
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Renda de Aplicação Financeira	48.223	53.152	(9,27)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	42.458	23.485	80,79
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	72.177	104.791	(31,12)
Variação Monetária da CVA	8.388	24.004	(65,06)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	63.539	75.225	(15,53)
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	43.477	43.011	1,08
Variações Cambiais	28.950	4.537	538,09
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	13.372	(19.616)	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	824	4.232	(80,53)
Outras	41.040	61.323	(33,08)
	<b>362.448</b>	<b>374.144</b>	<b>(3,13)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(241.516)	(301.988)	(20,02)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(17.153)	(20.910)	(17,97)
Variação Monetária da CVA	(7.470)	(15.865)	(52,92)
Variações Cambiais	(2.532)	(8.490)	(70,18)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(15.212)	(9.072)	67,68
C.P.M.F.	(20.916)	(28.097)	(25,56)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária – RTE e Energia Livre	(19.456)	(18.351)	6,02
Perdas com Instrumentos Financeiros	(43.022)	(2.976)	1.345,63
Outras	(33.484)	(5.857)	471,69
	<b>(400.761)</b>	<b>(411.606)</b>	<b>(2,63)</b>
	<b>(38.313)</b>	<b>(37.462)</b>	<b>2,27</b>

As principais variações no resultado financeiro nos trimestres comparados são como segue:

- A variação cambial que apresentou no terceiro trimestre de 2007, uma receita financeira líquida de R\$26.418 em comparação a perda financeira líquida de R\$3.953 no terceiro trimestre de 2006. As variações cambiais são advindas basicamente dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No terceiro trimestre de 2007, o real apresentou uma valorização de 4,53% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 0,46% no terceiro trimestre de 2006.



- ❑ Em decorrência da variação cambial acima citada, a Cemig obteve uma perda líquida de R\$42.198 com instrumentos financeiros, no terceiro trimestre de 2007, comparado a um ganho líquido de R\$1.256, no terceiro trimestre de 2006.
- ❑ Redução de 20,02% nos encargos de empréstimos e financiamentos em decorrência da menor variação do CDI (indexador dos contratos) no terceiro trimestre de 2007 comparado ao terceiro trimestre de 2006.
- ❑ Receita de PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras no valor de R\$13.372 no terceiro trimestre de 2007 comparados a uma despesa de R\$19.616 no terceiro trimestre de 2006. A receita com os referidos encargos, em 2007, deve-se a reversão feita pela Light, no valor de R\$26.712, no terceiro trimestre de 2007.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social*

A Cemig apurou, no terceiro trimestre de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$278.364 em relação ao lucro de R\$839.850, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,14%. No terceiro trimestre de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$200.510 em relação ao lucro de R\$650.280, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 30,83%.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

### Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais, com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em nossas ações. Para isso, utilizamos os seguintes meios:

- Nossa página na internet está disponibilizada em três idiomas (português, inglês e espanhol);
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, road shows (visitas de apresentação aos investidores) ou reuniões individualizadas;
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados aos investidores;
- Divulgação ampla de comunicados através da internet;
- Teleconferências e videoconferências;
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

Destacamos que as divulgações dos resultados trimestrais e anual são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, contando com a presença do Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia.

Em 2006 participamos de 83 seminários e encontros com investidores, 7 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 7 road shows no exterior e no Brasil, além de um grande número de reuniões, teleconferências e videoconferências com analistas e investidores, que ultrapassaram a marca de 260 reuniões. De 10 a 12 de maio de 2007, realizamos o 12º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais, juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec Nacional, em Tiradentes incluindo uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itutinga, Minas Gerais.

### Governança Corporativa

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, procuramos sempre aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossa política de Governança Corporativa consiste na adoção das melhores práticas, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar nossos projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos.

Em 2001 aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento com os investidores. Ademais, por estar listada na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Em Junho de 2007 lançamos na NYSE, o programa de American Depositary Receipts-ADR, lastreado em ações ordinárias, sem novas emissões de ações. Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

A partir de Junho de 2007, as ações desta Companhia passaram a ser negociadas de forma agrupada, na proporção de 500 (quinhentas) ações do valor nominal de R\$0,01 (um centavo), para 1 (uma) ação da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais), assim, as ações representativas do capital social passaram a ser negociadas, exclusivamente, com cotação unitária.

Ao final de 2006 completamos a adequação de nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley.

Nossa Empresa possui uma estrutura de comitês corporativos que garante a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos. Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Temos nossa Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional. A declaração e o código traduzem a nossa cultura e se alinham com a forma como conduzimos nossos negócios, frente aos desafios de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Nosso Estatuto inclui metas do Plano Diretor e da Política de Dividendos:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- manter as receitas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias.

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;
- montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado a, no máximo, 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente.

Desde 2002, adotamos uma Política de Divulgação e Uso de Informações, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas com o objetivo de coibir o uso de informações privilegiadas conforme estabelecido na Instrução 358 da CVM. Divulgamos nossos resultados em BRGAPP e USGAPP.

O acordo de acionistas assinado entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

### **Conselho de Administração**

Nosso Conselho de Administração foi eleito em 28 de abril de 2006 através do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração da CEMIG, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. - SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. Deve-se destacar que temos um conselheiro indicado pelo acionista majoritário que representa o sindicato dos empregados. Nosso Conselho é multidisciplinar, integrado por membros com formação em diversas áreas Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Diplomacia e outras, com grande experiência na gestão de negócios observando, assim, a boa prática de trazer para o Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

O mandato dos atuais membros é de 3 anos e expira na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009.

Além das definidas em lei são responsabilidades e atribuições de nosso Conselho:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a CEMIG e acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos do mercado interno ou externo para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual;
- a fixação da orientação geral dos negócios da CEMIG.

Nosso Conselho de Administração se reuniu 31 vezes durante o ano de 2006 para discutir o planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisições de novos ativos, entre outros assuntos.

Em 2006, foi aprovada a criação de comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para, previamente, analisarem e discutirem as matérias a serem deliberadas naquele fórum, conforme a seguir:

- Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
- Comitê de Governança;
- Comitê de Recursos Humanos;
- Comitê de Estratégia;
- Comitê Financeiro; e,
- Comitê de Auditoria e Riscos.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

### **Comitê de Auditoria**

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

### **Diretoria Executiva**

Nossa Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual. É integrada por membros com capacitação técnica Engenharia e Administração de Empresas, e com grande experiência na gestão de negócios, sendo que um é empregado e 2 são ex-empregados da Companhia. Sua remuneração é estabelecida anualmente pela Assembléia Geral Ordinária. É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da CEMIG, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na CEMIG Geração e Transmissão S/A e na CEMIG Distribuição S/A.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecendo o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- revisar anualmente o Plano Diretor;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 5 milhões;

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2006, foram realizadas 70 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem- Diretoria e Conselhos.

### **Conselho Fiscal**

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário. O mandato atual expira em abril de 2008. Nosso Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências Finanças, Direito, Administração de Empresas e outras. A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores. Em 2006, foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal. Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida que aceitou a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br) item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

### **Lei Sarbanes-Oxley**

O Projeto CEMIG-SOX tem como objetivo a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC - Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano.

As atividades do Projeto foram intensificadas em janeiro de 2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas, além do apoio de consultores contratados.

A partir de uma análise do balanço consolidado e da nossa matriz de riscos, identificamos e mapeamos 25 processos relevantes relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas e selecionamos, inicialmente, 950 controles, sendo que desses, 450 foram classificados como controles chave, capazes de proporcionar uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias foram registradas, processadas e divulgadas de acordo com as normas, prazos e formatação estipulados pela SEC.

Este trabalho proporcionou a revisão dos processos relevantes e a validação do desenho dos controles internos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas. Constatamos que na maioria dos processos analisados, os procedimentos de controles internos, já adotados pela Companhia, mostraram-se eficazes após os testes de auditoria, o que possibilitou à Diretoria Executiva da Companhia emitir um relatório conclusivo sobre a eficácia dos controles internos.

### **Gerenciamento de Riscos Corporativos**

A CEMIG opera em ambientes onde fatores como a consolidação setorial, globalização, tecnologia, regulamentação, reestruturações, variações de mercado e competição criam incertezas. Portanto, torna-se necessário estimar precisamente a probabilidade de ocorrência de um potencial evento e os seus impactos nos resultados empresariais associados.

Procuramos fazer o alinhamento com o Planejamento Estratégico da CEMIG, o qual tem definido os objetivos estratégicos dos processos de negócio da empresa. A partir dos objetivos estratégicos são identificados os riscos que poderão comprometer as metas caso estes venham se materializar.

Salientamos os princípios relevantes que norteiam a consolidação do gerenciamento de riscos da CEMIG:

- reduzir uma volatilidade de performance não aceitável;
- substituir o método de gestão de riscos efetuado em silos organizacionais por uma visão norteada pela estrutura de processos da cadeia de valor corporativo;
- maximizar o nível de confiança dos investidores e demais stakeholders;
- atender aos princípios de governança corporativa em seu mais alto nível, incluindo os requisitos de "compliance";
- propiciar respostas rápidas e efetivas na ocorrência de alterações do ambiente de negócios;
- alinhar a estratégia empresarial e a cultura corporativa.

Procurando atender aos objetivos mencionados foi implantada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na CEMIG. Em 2004 ocorreu a 1ª revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a 2ª revisão cujo objetivo foi identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A metodologia de mensuração de riscos utilizada pela CEMIG é a Metodologia ORCA, implementada em projeto, iniciado em 2003 com a consultoria da PriceWaterhouseCoopers, que prevê a combinação de técnicas de análise qualitativa, semi-qualitativa e quantitativa. Utilizamos o Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a CEMIG possui um site de acesso dos empregados com informações precisas sobre o processo. O Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos é subordinado ao Conselho de Administração.

#### Categorização dos riscos corporativos da CEMIG

- Riscos Estratégicos: falta de capacidade ou habilidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças internas e externas que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada
- Riscos de Conformidade: não cumprimento das legislações externas aplicáveis ao seu negócio e/ou não elaboração, divulgação e cumprimento suas normas e procedimentos internos.
- Riscos Financeiros: inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas/desconhecidas e/ou complexas e/ou de alto risco. Estão associados à volatilidade do preço de ativos (taxa de juros, câmbio, patrimônio, instrumentos financeiros), liquidez (fluxo de caixa, custo de oportunidade, concentração) e crédito (cumprimento, concentração e garantia).
- Riscos de Recursos Humanos: ineficiência em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.
- Riscos Ambientais: gestão inadequada de questões ambientais e/ou da falta de realização de boas práticas ambientais requeridas pelos negócios.
- Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações: obsolescência, indisponibilidade ou ineficiência sistemas informatizados, equipamentos de tecnologia e/ou de telecomunicações.
- Riscos Operacionais: a inadequação ou falha dos processos internos das unidades de negócio da empresa.

#### **Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional**

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência, a qual foi distribuída a todos empregados e está disponível na nossa página da internet ([www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)).

Seus principais objetivos são:

- orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) e membros do Conselho Fiscal da CEMIG;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento deste Código;
- orientar o Comitê de Ética da CEMIG na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões desse Código.

Aplica-se, também, a contratados e prestadores de serviço.

A Declaração e o Código são amplamente divulgados a todos os empregados, com ações permanentes junto aos gerentes para multiplicação do assunto em suas áreas de atuação.

Também, nosso processo de seleção e contratação de empregados incorpora uma palestra sobre a Declaração e o Código, ao final da qual os novos empregados assinam o compromisso de adesão aos princípios e normas de conduta estabelecidos durante sua permanência na empresa.

Em abril de 2006, a GASMIG divulgou, oficialmente, sua Declaração de Princípios e o Código de Conduta Profissional e sua implementação contou com workshop e outras atividades para todo o quadro de pessoal da empresa.

### **Comissão de Ética**

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contactada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.infoinvest.com.br>.



**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.09.2007**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	108.348.914	50,96	-	-	108.348.914	22,27
Outras Entidades do Estado	28.657	0,01	5.329.764	1,95	5.358.421	1,10
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	108.377.571	50,97	5.329.764	1,95	113.707.335	23,37
	70.088.868	32,96	-	-	70.088.868	14,41

**QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.09.2007**

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

## AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2007		30.09.2006	
	ON	PN	ON	PN
<b>Controlador</b>	108.377.571	5.329.764	36.125.857.399	2.167.651.534
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>				
Márcio Araújo de Lacerda	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	1	-	-	1
Antônio Adriano Silva	1	-	-	1
Nilo Barroso Neto	-	-	-	1
Wilson Nélio Brumer	1	-	-	1
Haroldo Guimarães Brasil	3	-	1.000	-
Carlos Augusto Leite Brandão	6	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes Pansa	6	-	1.950	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	5.999	-	1.924.241	-
Wilton de Medeiros Daher	2	-	2	-
Aécio Ferreira da Cunha	1	-	-	1
José Augusto Pimentel Pessoa	6	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	-	1
Fernando Lage de Melo	-	-	-	1
Francisco de Assis Soares	1	-	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	1	-
Eduardo Leite Hoffmann	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	-	1
Andréa Leandro Silva	6	-	1.950	-
Eduardo Castilho de Vasconcellos Costa	-	-	1	-
Eduardo Lery Vieira	1	-	-	1
Luiz Aníbal de Lima Fernandes	-	-	8	-
Nohad Toufc Harati	1	-	-	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	1
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	-	1

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2007		30.09.2006	
	ON	PN	ON	PN
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>				
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	13.400
Celso Ferreira	-	-	1	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Flávio Decat de Moura	-	-	-	1
Luiz Fernando Rolla	1	-	-	-
Heleni de Mello Fonseca	-	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Elmar de Oliveira Santana	-	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	-
José Maria de Macedo	-	338	-	112.962
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	-	-
<b>CONSELHO FISCAL</b>				
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Celene Carvalho de Jesus	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Carlos Volpe de Paiva	-	-	-	1.692
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO  
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2007	104.238.883	49,03	268.300.820	97,98	372.539.703	76,58
30.09.2006	34.746.377.466	49,03	89.042.742.806	97,55	123.789.120.272	76,34

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG  
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A revisão especial das informações trimestrais (ITR) da controlada indireta em conjunto, Light S.A., em 30 de setembro de 2007 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações trimestrais da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. a participação nesta empresa é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R\$ 346,5 milhões, e a participação desse investimento no resultado neste trimestre totalizou R\$ 16,3 milhões de lucro. As informações trimestrais dessa investida, com ativos totais proporcionais de R\$ 1.139,9 milhões em 30 de setembro de 2007, são incluídas nas informações trimestrais consolidadas. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essa empresa no trimestre referido, está fundamentado exclusivamente na revisão efetuada pelos auditores independentes da Light S.A.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, e no relatório de revisão especial de outros auditores independentes, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.

4. Nossa revisão especial foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITR) referidas no primeiro parágrafo. As demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2007, representam informações complementares àquelas informações trimestrais, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial aplicados às informações trimestrais e não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
5. Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs. 5, 6, 7 e 16, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de setembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
6. A revisão especial das informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2006, apresentadas para fins de comparabilidade, foi conduzida por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram relatório de revisão especial sem ressalvas, datado de 7 de novembro de 2006, contendo parágrafos de ênfase quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima, quanto à mudança no percentual de reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo, e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o último trimestre de 2007.

06 de novembro de 2007

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRCMG058176/O-0